



PROJETO DE LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL - OGU 2025

Caderno de Propostas

*Emendas Parlamentares
de Bancada*

ENFRENTAMENTO ÀS EMERGÊNCIAS SOCIAIS E AMBIENTAIS
CAUSADAS PELAS MUDANÇAS CLIMÁTICAS

APRESENTAÇÃO

O agravamento das mudanças climáticas é um dos maiores desafios enfrentados pela humanidade no século XXI. Seus impactos, cada vez mais visíveis, estão transformando as dinâmicas sociais, ambientais e econômicas em diversas regiões do planeta. No Brasil, um país marcado por profundas desigualdades sociais e pela diversidade de seus ecossistemas, os efeitos climáticos são particularmente severos, sobretudo em estados como o Acre, onde eventos extremos, como enchentes devastadoras e secas prolongadas, têm se tornado cada vez mais frequentes.

Nos últimos anos, o Acre experimentou, de maneira aguda, as consequências das mudanças climáticas. As chuvas intensas têm provocado inundações que deslocam milhares de famílias, causam destruição de infraestruturas e interrompem serviços essenciais, como saúde, educação e transporte.

Em 2024, o Acre enfrentou uma enchente histórica em Brasiléia, que cobriu 75% da área da cidade. O nível do Rio Acre chegou a 15,56 metros no dia 28 de fevereiro, superando a marca de 2015. Em Rio Branco, a segunda maior enchente da história da cidade foi registrada em 2024, com a cota do Rio Acre atingindo 17,89 metros no dia 6 de março. Tais eventos causaram uma crise humanitária e ambiental. Por outro lado, as secas severas têm afetado a agricultura e o abastecimento de água, causando prejuízos econômicos e colocando em risco a segurança alimentar das populações rurais e urbanas.

Diante desse cenário alarmante, é urgente que sejam adotadas medidas eficazes de enfrentamento às emergências climáticas. O presente caderno de propostas reúne um conjunto de intervenções integradas que buscam amenizar esses impactos, em especial no fortalecimento da ação da Defesa Civil nas ações humanitárias; na primeira etapa da recuperação da bacia hidrográfica do Igarapé São Francisco, principal afluente do Rio Acre em Rio Branco, para minimizar impactos de transbordamento e construção de reservatórios para possibilitar o uso em períodos de estiagem; na área de habitação com a construção de unidades habitacionais para atender as famílias mais vulneráveis impactadas diretamente pelas alagações; assim como na confecção do projeto de remanejamento da área urbana do município de Brasiléia para uma região mais elevada, distante da área de alto risco de alagações.

Portanto, as propostas aqui apresentadas foram elaboradas com o intuito de fortalecer a capacidade de resiliência do estado do Acre no enfrentamento dessas crises, assim como na prevenção e mitigação de impactos. São projetos que integram tanto a proteção ambiental quanto a justiça social, e ao mesmo tempo, as propostas destacam a importância de políticas públicas que ofereçam suporte social às populações mais

atingidas por desastres naturais, como a criação de redes de assistência humanitária e de sistemas de alerta precoce para a prevenção de catástrofes.

A adaptação e a mitigação dos impactos climáticos não podem ser tratadas como questões futuras, mas sim como prioridades imediatas. Com estas propostas espera-se fornecer subsídios para que os parlamentares da bancada acreana possam direcionar recursos de maneira estratégica e eficaz, destinando emendas que visem a implementação de projetos sustentáveis, que atendam tanto as necessidades ambientais quanto sociais. A transformação das adversidades causadas pelas mudanças climáticas em oportunidades para o desenvolvimento sustentável depende de ações coordenadas e da atuação responsável dos diversos atores políticos e sociais.

RESUMO DA CARTEIRA DE PROJETOS

N	Título do Projeto	Executor	PROPOSTAS DE EMENDAS DE BANCADA		
			GND3 (custeio)	GND4 (investimento)	Total
1	Modernização e Fortalecimento da Infraestrutura da Coordenadoria de Proteção e Defesa Civil do Estado do Acre	Coordenadoria Estadual de Proteção e Defesa Civil - CEPDEC	1.600.000,00	13.968.000,00	15.568.000,00
2	Construção de 200 Unidades Habitacionais, no Bairro Cidade do Povo, para o Reassentamento de Famílias Oriundas de Áreas de Risco, às Margens do Rio Acre	SEHURB	-	36.000.000,00	36.000.000,00
3	Construção de 150 Unidades Habitacionais na Nova Cidade de Brasiléia	SEHURB	-	28.500.000,00	28.500.000,00
4	Construção de 70 Unidades Habitacionais em Tarauacá	SEHURB	-	14.000.000,00	14.000.000,00
5	Construção de 50 Unidades Habitacionais em Feijó	SEHURB	-	10.000.000,00	10.000.000,00
6	Aquisição de Áreas destinadas à Construção de Unidades Habitacionais de Interesse Social no Estado do Acre	SEHURB	-	68.375.000,00	68.375.000,00
7	Infraestrutura para Áreas Adquiridas com a finalidade de Construção de Unidades Habitacionais de Interesse Social no Estado do Acre	SEHURB	-	116.057.000,00	116.057.000,00
8	Subsídio para financiamento de 250 unidades habitacionais destinadas a famílias com renda faixa 2, no Estado do Acre	SEHURB	-	10.000.000,00	10.000.000,00
9	Master Plan de Uso e Ocupação do Município de Brasiléia incluindo as áreas destinadas à Nova Cidade - 1ª Etapa	SEHURB	1.500.000,00	-	1.500.000,00
10	Recuperação da Bacia hidrográfica do Igarapé São Francisco - Etapa 1: Dragagem e Desassoreamento de Pontos Críticos na Extensão Urbana	SANEACRE	-	20.000.000,00	20.000.000,00
11	Projeto Roçado Amigo: Um Resgate à Produção	SEAGRI	33.234.900,00	670.000,00	33.904.900,00
12	Programa de Conservação e Recuperação das Bacias Hidrográficas do Acre	SEMA	24.875.000,00	8.125.000,00	33.000.000,00
Total			60.870.851,00	325.695.000,00	386.565.851,00

PROJETO 1

Título/Objeto
Modernização e Fortalecimento da Infraestrutura da Coordenadoria de Proteção e Defesa Civil do Estado do Acre
Órgão Responsável pela Execução
Coordenadoria Estadual de Proteção e Defesa Civil - CEPDEC
Responsável pelas Informações
Nome: Carlos Batista da Costa Cargo: Coordenador Estadual de Proteção e Defesa Civil Tel.: (68) 99984-1983 E-mail: capbmbatista@gmail.com
Objetivo
<ol style="list-style-type: none">1. Adequar a estrutura física e tecnológica da Coordenadoria para melhorar a eficiência na gestão de crises e desastres.2. Ampliar a capacidade de monitoramento, previsão e resposta rápida a situações emergenciais pelo Estado.3. Melhorar a capacidade de previsão e alerta precoce de desastres naturais e tecnológicos, por meio de ações coordenadas e integradas.4. Fortalecer a integração e coordenação entre os órgãos envolvidos na gestão de riscos e desastres nos três níveis de governo.5. Prevenir desastres, minimizar danos, socorrer e assistir populações afetadas, restabelecer serviços essenciais e reconstruir áreas destruídas, visando à preservação da vida, do meio ambiente e do patrimônio.
Situação-Problema
A Coordenadoria de Proteção e Defesa Civil do Estado do Acre enfrenta desafios relacionados à estrutura física inadequada, falta de equipamentos modernos e sistemas integrados, o que compromete a eficácia das operações de prevenção, mitigação, assistência humanitária e restabelecimento dos cenários dos desastres naturais e crises emergenciais. Atualmente é a pior estrutura estadual de proteção e defesa civil entre os entes da federação.
Contexto e Justificativa
<p>Este projeto tem por objetivo assegurar a estruturação da Coordenadoria Estadual de Proteção e Defesa Civil, órgão fundamental para garantir uma resposta rápida e eficiente a situações de emergência no Estado do Acre, além de facilitar a aquisição de equipamentos, softwares e sistemas adequados, bem como a melhoria das condições de trabalho dos profissionais, contribuirá significativamente para a mitigação de riscos e a proteção da população em situações adversas.</p> <p>A capacidade de prevenir, mitigar e responder a desastres naturais pode reduzir significativamente os danos materiais e humanos. Isso implica em menos gastos com reconstrução de infraestrutura danificada e menor necessidade de recursos emergenciais para assistência às vítimas.</p> <p>A ação eficaz da Defesa Civil protege diretamente a vida e o bem-estar dos cidadãos. Ao implementar sistemas de alerta precoce, evacuação coordenada e planos de contingência robustos, o governo demonstra compromisso com a segurança pública e a proteção dos direitos fundamentais dos cidadãos.</p> <p>A Defesa Civil não apenas reage a crises, mas também promove a preparação prévia da população. A educação comunitária sobre medidas preventivas e a promoção de práticas de segurança aumentam a resiliência das comunidades locais diante de desastres futuros.</p>

Assim, a estruturação da Coordenadoria de Proteção e Defesa Civil facilita a integração e coordenação com outros órgãos governamentais, como saúde, segurança pública, assistência social e infraestrutura. Isso promove uma resposta mais integrada e eficiente, evitando duplicações de esforços e garantindo uma atuação conjunta e harmoniosa em momentos críticos.

Coordenadoria fortalecida reforça a segurança pública ao garantir uma resposta adequada a desastres que possam ameaçar a vida e a integridade física dos cidadãos. Isso contribui diretamente para o bem-estar social, proporcionando um ambiente mais seguro e protegido para a população.

Em resumo, a estruturação da Coordenadoria Estadual de Defesa Civil não apenas melhora a capacidade de resposta a desastres, mas também fortalece a governança pública, promove a sustentabilidade e resiliência das comunidades e assegura a proteção dos direitos e segurança dos cidadãos.

Além de facilitar o cumprimento das normas vigentes:

LEI N.º 12.608, DE 10 DE ABRIL DE 2012 - Institui a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil - PNPDEC; dispõe sobre o Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil - SINPDEC e o Conselho Nacional de Proteção e Defesa Civil - CONPDEC; autoriza a criação de sistema de informações e monitoramento de desastres; altera as Leis nº 12.340, de 1º de dezembro de 2010, 10.257, de 10 de julho de 2001, 6.766, de 19 de dezembro de 1979, 8.239, de 4 de outubro de 1991, e 9.394, de 20 de dezembro de 1996; e dá outras providências.

FAZER CUMPRIR A LEI FEDERAL 14.750, DE 2023, que repassa a coordenadoria estadual de proteção e defesa civil a obrigatoriedade da emissão de licença ambiental de instalação, prevista na Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, para empreendimentos que envolvam risco de desastre, fica condicionada à elaboração de plano de contingência ou de documento correlato pelo empreendedor.

LEI Nº 12.340 DE 01 DE DEZEMBRO DE 2010. Dispõe sobre as transferências de recursos da união aos órgãos e entidades dos estados, distrito federal e municípios para a execução de ações de prevenção em áreas de risco de desastres e de resposta e de recuperação em áreas atingidas por desastres e sobre o fundo nacional para calamidades públicas, proteção e defesa civil; e dá outras providências. O objetivo da Lei é proporcionar uma fonte segura de recursos ao FUNCAP.

LEI Nº 14.066, DE 30 DE SETEMBRO DE 2020, que altera a Lei nº 12.334, de 20 de setembro de 2010, que estabelece a Política Nacional de Segurança de Barragens (PNSB).

LEI N.º 12.340, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2010 - Dispõe sobre as transferências de recursos da União aos órgãos e entidades dos Estados, Distrito Federal e Municípios para a execução de ações de prevenção em áreas de risco de desastres e de resposta e de recuperação em áreas atingidas por desastres e sobre o Fundo Nacional para Calamidades Públicas, Proteção e Defesa Civil; e dá outras providências.

DECRETO N.º 7.257, DE 4 DE AGOSTO DE 2010 - Regulamenta a Lei nº 12.340, de 1º de dezembro de 2010, para dispor sobre as transferências de recursos para ações de socorro, assistência às vítimas, restabelecimento de serviços essenciais e reconstrução nas áreas atingidas por desastre e sobre a prestação de contas e fiscalização dos recursos transferidos

DECRETO N.º 10.593, DE 24 DE DEZEMBRO DE 2020 - Dispõe sobre a organização e o funcionamento do Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil e do Conselho Nacional de Proteção e Defesa Civil e sobre o Plano Nacional de Proteção e Defesa Civil e o Sistema Nacional de Informações sobre Desastres.

DECRETO Nº 10.692, DE 03 DE MAIO DE 2021, Institui o Cadastro Nacional de Municípios com Áreas Suscetíveis à Ocorrência de Deslizamentos de Grande Impacto, Inundações Bruscas ou Processos Geológicos ou Hidrológicos Correlatos.

MEDIDA PROVISÓRIA N° 631 DE 24 de DEZEMBRO DE 2013 Altera a Lei nº 12.340, de 1º de dezembro de 2010, que dispõe sobre as transferências de recursos da União aos órgãos e entidades dos Estados, Distrito Federal e Municípios para a execução de ações de resposta e recuperação nas áreas atingidas por desastre e sobre o Fundo Especial para Calamidades Públicas.

PORTARIA Nº 2.216, DE 4 DE JULHO DE 2023: Define procedimentos para o envio de alertas à população sobre a possibilidade de ocorrência de desastres, em articulação com os órgãos e entidades estaduais, distritais e municipais de proteção e defesa civil, e para utilização do sistema Interface de Divulgação de Alertas Públicos (IDAP).

PORTARIA Nº 2.215, DE 4 DE JULHO DE 2023: Dispõe sobre o funcionamento do processo administrativo eletrônico e digital do Sistema Integrado de Informações sobre Desastres e a sua utilização, no âmbito da Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil, para a solicitação de reconhecimento de situação de emergência ou de estado de calamidade pública e na transferência de recursos federais para as ações de resposta e de recuperação para Estados e Municípios afetados por desastres.

PORTARIA Nº 2.213, DE 4 DE JULHO DE 2023: Estabelece procedimentos para a análise da prestação de contas das transferências obrigatórias de recursos da União aos órgãos e entidades dos Estados, Distrito Federal e Municípios para execução de ações de defesa civil destinadas ao atendimento de áreas afetadas por desastres, que tenham gerado o reconhecimento de estado de calamidade pública ou de situação de emergência, realizadas sob a égide do art. 51 da Lei n. 11.775, de 17 de setembro de 2008, e do Decreto n. 6.663, de 26 de novembro de 2008.

Resultados Esperados

- Aumentar a captação de recursos federais para ações de prevenção, mitigação e assistência humanitária para populações que estão em áreas de riscos ou afetadas por desastres.
- Reduzir os custos do estado em ações de resposta e assistências às populações atingidas por desastres.
- Melhoria na capacidade de monitoramento e previsão de desastres naturais.
- Redução do tempo de resposta a situações de emergência, acionando planos de contingência de forma eficiente e coordenada.
- Redução dos impactos dos desastres na agricultura, pecuária e meio ambiente (fauna e flora).
- Incremento na eficiência das operações de resgate e assistência às vítimas.
- Fortalecimento da resiliência comunitária e institucional frente a desastres.
- Implementação de sistemas avançados de monitoramento e alerta precoce pode resultar na redução significativa dos danos causados por desastres, protegendo vidas e minimizando perdas materiais.
- Operação mais eficiente e integrada, com equipamentos modernos, softwares especializados e infraestrutura adequada, possibilitando uma gestão mais precisa e rápida das situações de crise.
- Integração e Coordenação Interinstitucional, facilitando a integração com outros órgãos governamentais e entidades de resposta a emergências, promovendo uma colaboração mais eficaz e sinérgica durante crises.
- Melhorar a imagem do governo estadual perante a população, demonstrando compromisso com a segurança pública e a proteção dos cidadãos.
- Economias a longo prazo, reduzindo os custos associados à resposta a desastres e reconstrução de infraestruturas danificadas.
- Cumprimento de metas de desenvolvimento sustentável, como a redução do impacto de desastres sobre a vida das pessoas e o meio ambiente.
- Possibilitar ao governo do Acre, gerenciar de maneira mais eficaz e coordenada as situações de crise e desastres naturais que afetam o estado. Isso inclui desde a rápida mobilização de recursos até a implementação de medidas preventivas e de resposta.
- Redução dos Impactos Econômicos e Sociais, já que com uma Coordenadoria bem estruturada, equipada com tecnologias modernas de monitoramento e alerta precoce, espera-se uma redução significativa nos impactos econômicos causados por desastres, como gastos com reconstrução de infraestruturas danificadas e assistência emergencial às vítimas. Isso também contribui para a minimização dos impactos sociais sobre a população afetada.
- Fortalecimento da Segurança Pública e Bem-Estar Social, garantindo a proteção das vidas e propriedades dos cidadãos acreanos. Isso também promove um ambiente mais seguro e protegido para a população, aumentando o bem-estar social e a confiança na gestão governamental.

- Promoção do Desenvolvimento Sustentável, pois a capacidade de gerenciar riscos e desastres de maneira eficiente está alinhada com os objetivos de desenvolvimento sustentável, contribuindo para a proteção do meio ambiente e a sustentabilidade a longo prazo do estado.
- Reconhecimento Internacional e Nacional, pode elevar a reputação do governo do Acre tanto nacionalmente quanto internacionalmente. Demonstrando compromisso com a proteção ambiental, a segurança pública e o bem-estar da população, fortalecendo a imagem institucional do estado.
- Em resumo, a estruturação da Coordenadoria Estadual de Defesa Civil representa um investimento estratégico para o governo do Acre, trazendo benefícios que vão desde a proteção das vidas humanas até a redução de custos associados a desastres naturais e a promoção do desenvolvimento sustentável.

Vinculação Com a Estrutura de Planejamento do Governo Estadual: Eixos Estratégicos e Programas Temáticos

CIDADANIA E SEGURANÇA - Construção, reforma e ampliação dos prédios públicos estaduais.

O projeto está alinhado com os eixos estratégicos do governo estadual voltados para segurança pública, gestão de riscos, infraestrutura e segurança pública, contribuindo para a implementação de políticas de proteção social e defesa civil.

Vinculação Com o Planejamento do Governo Federal

Ministério da Integração e Desenvolvimento Regional - MIDR.

Função Programática: 10.53101.06.182.2218.8172

Ação 8172: Coordenação e Fortalecimento do Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil – SINPDEC

Ações transversais com Ministério do Meio Ambiente, Ministério da Justiça, Ministério da Cidades, Ministério da Saúde e Ministério do Desenvolvimento Social, Família e Combate a Fome

Programa do PPA Federal: 2318 - Gestão de Riscos e de Desastres

Objetivo Específico: 0013 - Ampliar a capacidade dos municípios para a gestão dos riscos de desastres, com investimentos em prevenção, mitigação, preparação, mapeamento, monitoramento, alerta, integração das políticas públicas e capacitação dos atores do Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil.

Descrição do Projeto

Tipo de Projeto (modalidade): Infraestrutura e Tecnologia.

Situação do Projeto: Expansão e Modernização.

Público-Alvo: Toda a população do estado do Acre, Coordenadoria Estadual de Proteção e Defesa Civil do Acre, equipes de respostas às emergências.

Localização dos Beneficiários: Estado do Acre.

Valor Estimado do Projeto

Valor Total: R\$ 15.567.166,00

GND 3 (Custeio): R\$ 1.599.166,00

GND 4 (Investimento): R\$ 13.968.000,00

Prazo Estimado para Execução

24 meses

Produtos/Itens do Projeto				
Produto/Item	Unidade	Quantidade	Valor (R\$)	
Equipamentos específicos para sala de situação	und	1	1.968.000,00	
Serviços de terceiros (PJ) - Manutenção Predial, Segurança, etc.	serviço	1	500.000,00	
Capacitação/aperfeiçoamento de equipe técnica	serviço	1	500.000,00	
Material de consumo/insumos	und	1	90.000,00	
Drones, Materiais de TI, etc.	und	1	1.500.000,00	
Caminhão Baú	und	1	550.000,00	
Base Móvel para posto de comando	und	1	1.200.000,00	
Serviços de terceiros (PJ) – Fardamento	serviço	1	196.530,00	
Material de consumo – EPI's	und	1	18.566,00	
Material de consumo – sala de situação	und	1	97.872,00	
Material de consumo – combustível	und	1	196.198,00	
Construção e Reforma da estrutura física da Defesa Civil	und	1	5.000.000,00	
Viaturas	und	4	1.500.000,00	
Embarcações	und	10	250.000,00	
Software	und	1	2.000.000,00	
Total			15.567.166,00	

PROJETO 2

Título/Objeto
Construção de 200 Unidades Habitacionais, no Bairro Cidade do Povo, para o Reassentamento de Famílias Oriundas de Áreas de Risco, às Margens do Rio Acre
Órgão Responsável pela Execução
Secretaria de Estado de Habitação e Urbanismo - SEHURB
Responsável pelas Informações
Nome: Egleuson Araújo Santiago Cargo: Secretário de Estado Tel.: (68) 9.9239-1661 E-mail: gabinete.sehurb@gmail.com
Objetivo
No sentido de combater as ocupações em áreas de risco e também as soluções inadequadas, compostas por reassentamento para áreas com menor habitabilidade, urbanisticamente precárias e com baixa diversidade funcional, esta proposta tem o objetivo geral de contribuir para a produção de uma urbe com moradias adequadas, mais urbanidade e maior resiliência aos efeitos das mudanças climáticas. O objetivo específico é apoiar o início da requalificação das margens do Rio Acre, por meio do reassentamento de 350 casas, situadas, sob riscos, em suas encostas.
Situação-Problema
O tema dos riscos alcança atualmente uma escala particularmente alta de interesse em decorrência da pandemia que assolou o planeta a partir do ano de 2019, o Covid-19, bem como das manifestações técnicas e científicas acerca do grande potencial de danos a que estão sujeitas as áreas de favelas, palafitas, assentamentos precários e outros. Bonduki (2017) vincula as várias epidemias que atingiram o país durante a Primeira República, notadamente em São Paulo e no Rio de Janeiro, com as origens da atuação estatal brasileira na questão habitacional, que focava em controle sanitário das casas, publicação de leis e execução de obras sanitárias em geral, ou nos centros e baixadas. A multiplicidade de tipos de riscos existentes pressupõe condicionantes variadas e, na Região Norte, o período das chuvas conjuga as ameaças das epidemias com as das enchentes, eventos que potencializam contaminações por via hídrica em geral e por via aérea, como nos casos dos abrigos provisórios que concentram os desabrigados em pequenos boxes de lona. Além disso, estas áreas suscetíveis a enchentes recorrentes são também aquelas que enfrentam uma indisponibilidade quase plena de infraestrutura em geral, inclusive de sistemas sanitários, sendo regiões comumente consideradas foco de reassentamentos e inaptas para consolidação. Além dos múltiplos riscos, as cidades enfrentam desafios universais, como os relativos à mobilidade, integração social e sustentabilidade, mas também agravantes regionais, como a disparidade socioeconômica do Brasil, as incongruências de uma sociedade patrimonialista e excludente, além dos conflitos de parte dos atores citadinos com os princípios da urbanidade. As cidades brasileiras, apesar das idiossincrasias, também transparecem certos elementos recorrentes, como as irregularidades fundiárias, as deficiências dos serviços, a degradação dos espaços públicos e do meio ambiente, a exacerbada mercantilista de sua produção, com malhas pouco integradas, segregação socioespacial, fragmentação urbana, processos de gentrificação, especulação e os desafios para efetivar o exercício da função social da propriedade, conforme estabelece o Estatuto das Cidades, apenas para mencionar alguns exemplos.

Apenas após as cerca de mil mortes decorrentes da enchente de 2011, na região serrana do Rio de Janeiro, que atingiu também os estratos de rendas elevadas, a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil (PNPDEC) foi efetivada, se fortalecendo em função das tragédias posteriores, como o rompimento das barragens de Mariana e Brumadinho, em Minas Gerais, entre outras.

Dentre os oitocentos e vinte e um municípios considerados prioritários pela PNPDEC, em função de apresentarem o maior número de ocorrências de desastres naturais, oitenta e um se localizam na Região Norte, dos quais dois no Acre, trinta e sete no Amazonas, dois no Amapá, trinta e três no Pará, dois em Rondônia, três em Roraima e dois no Tocantins. Rio Branco está incluída no rol mencionado em consequência da elevada recorrência de enchentes, sendo que a cota de transbordamento (14,00 m) foi transposta em 35 ocasiões, entre os anos de 1971 e 2019, ultrapassando os 15,00 m em 22 delas, os 16,00 m em 12 vezes e os 17,00 m em 5 anos, 1988, 1997, 2012, 2015 e 2024.

A enchente de 2015 foi a maior calamidade ocorrida na cidade, com o rio atingindo a cota de 18,40m e abrangendo 40 bairros e 24.713 imóveis, o que afetou 86.937 pessoas, sendo que 14.500 ficaram desalojadas, cerca de 8.000 desabrigadas e 1.800 enfermas.

Vinte abrigos temporários albergaram, em boxes delimitados por lonas, cerca de 7.700 indivíduos, ampliando as chances de transmissão de doenças por vias aéreas, enquanto que a condição original implicava riscos de leptospirose, verminoses e cólera, entre outros.

O evento causou 56,2 milhões de reais em danos materiais às moradias, às unidades de educação e saúde, e à infraestrutura, 7,23 milhões de reais em danos ambientais, com a contaminação de superfícies aquáticas e terrestres, 58,93 milhões de prejuízos econômicos públicos com os serviços assistenciais, sanitários, desinfecções e desinfecções, energia, comunicações, transportes, segurança e ensino e 158 milhões em prejuízos ao setor privado, (FIDE, 2015).

Assim sendo, o agravamento paulatino das enchentes e das consequências afins fez com que o governo entendesse o desfazimento das áreas flageladas como algo inevitável.

As causas do agravamento das enchentes estão relacionadas à redução dos serviços ecossistêmicos, especialmente da regulação do regime hidrológico e assoreamento dos rios, agravado pelo desmatamento ainda incidente na região da sub-bacia do rio Acre.

Ao mesmo tempo, a demanda por espaço para habitação urbana tem aumentado substancialmente em Rio Branco, levando à ocupação de espaços considerados de maior risco natural aos processos de cheias e enchentes dos rios da região.

Junto com o desmatamento, a cidade sente os efeitos das mudanças climáticas globais, que estão alterando o ciclo das chuvas na região, estendendo o período seco e concentrando as precipitações em períodos mais curtos e intensos.

Contexto e Justificativa

As obras de Construção de 350 Habitações de Interesse Social no Bairro Cidade do Povo, em Rio Branco - AC, propiciará condições mais dignas de vida à população contemplada, integrante dos estratos de menores rendas de Rio Branco, garantindo também a funcionalidade dos amplos investimentos públicos feitos no local, em especial através de convênios e repasses federais, atendendo adicionalmente ao Plano Diretor de Rio Branco, conforme demonstra a contextualização desenvolvida em seguida.

O histórico da Cidade do Povo tem início em dezembro de 2012, com a aprovação da infraestrutura macro, por parte do BNDES, seguida da disponibilização das primeiras 3.348 U.H., entre fevereiro e novembro de 2013, compondo o polígono determinado como 1ª Etapa da Cidade do Povo. Neste interim, foram formalizados os recursos para a viabilização dos equipamentos públicos da primeira etapa por parte das Administrações Estadual e Municipal, junto aos Ministérios da Saúde, Educação, CAIXA e BNDES.

Em seguida, ocorreu o início do processo relativo à segunda etapa, que está em curso, enquanto que a terceira etapa terá o cronograma de contratações definido por consequência dos futuros programas de investimentos a serem criados. Em 25 de junho de 2012 foram iniciadas, após a emissão da L.I. nº

286/2012, as obras de infraestrutura macro, sob a responsabilidade do Estado, e seguidas, em 2013, pelo início das obras de unidades habitacionais, escolas, UBS, UPA, iluminação pública, vias de acesso e praças.

A E.T.E. teve seu início de obras no dia 25 de setembro de 2013, após emissão da L.I. nº 309/2013. Todos os outros equipamentos e obras componentes foram contratados em seguida. Apesar da conclusão das obras e o recebimento por parte dos órgãos atinentes, as primeiras entregas de unidades habitacionais começaram a ocorrer, ao longo de 2014, e prosseguiram ao longo dos anos de 2015, 2016 e 2017, quando as obras da primeira etapa foram finalizadas. A retomada está em curso neste momento, com o novo PMCMV.

Até o momento, foram investidos quase R\$ 7 milhões, de um total de R\$ 24,4 milhões contratados com o Ministério das Cidades, para a continuação da Cidade do Povo, sendo que cerca de 5 milhões foram aplicados no emissário e 1,65 milhões na rede da 2ª etapa.

Nenhuma destas obras terá funcionalidade plena sem a implantação de novas casas e, portanto, o Governo Federal e o Governo do Estado do Acre têm buscado viabilizar a construção de novas moradias, considerando também os aspectos administrativos.

O primeiro módulo da ETE está concluído, mas superdimensionado para as 3348 casas entregues, gerando uma ociosidade de investimentos proporcional à 37% da obra realizada (com CPAC), a qual se encontra, neste contexto, com subutilização de sua capacidade plena. Além disso, os sistemas sanitários contemplam todas as Vias Macro afins ao acesso aos lotes designados, sendo que falta apenas a conclusão dos serviços de terraplanagem, drenagem e pavimentação destas vias, para a sua funcionalidade.

A Cidade do Povo engloba um vultuoso universo de empreendimentos necessários à composição de um novo Setor em Rio Branco, configurando um planejamento urbano que busca a revitalização do 2º Distrito de Rio Branco, através de um amplo rol de obras.

Na época, foram diagnosticados alguns fatores causadores dos déficits de moradias:

- Pré-existência de déficit habitacional significativo em Rio Branco e no Estado.
- Persistência de um modelo de ocupação através de apropriações de áreas públicas e privadas, inclusive margens de rios, com situações como esgoto a céu aberto, riscos em geral, predominante ausência de saneamento básico, acessibilidade, serviços públicos essenciais e segurança jurídica, e ocorrência de coabitAÇÃO e de violência.
- Agravamento dos níveis e da recorrência das inundações do Rio Acre, com o atingimento da maior cota histórica em 2012 e ampla superação desta em 2015.
- Registro de um dos maiores crescimentos demográficos do país entre 2000 e 2010.

Nestas circunstâncias, o poder público optou por uma solução de larga escala, que propiciasse habitação em grandes quantidades, contrapondo modelos mais lentos de produção de moradias no “varejo”, que poderiam acarretar menor possibilidade de solução efetiva do déficit. O projeto do empreendimento Cidade do Povo contemplou uma grande proporção de equipamentos públicos e privados para compensar a deficiência do entorno quanto aos serviços e infraestruturas necessários, resultando na oferta substancial de usos cotidianos, eventuais e esporádicos. O bairro é expressivamente mais bem atendido do que a média municipal em relação a serviços como os ensinos profissional, médio, fundamental e infantil, creches, CRAS, UPA, UBS, Delegacia, Saneamento, Mercado Público e áreas de lazer e recreação, apresentando ainda uma disponibilidade comercial similar à dos demais bairros mais populares da urbe.

O Município e o Estado se articularam através do Plano Municipal de Habitação, que definiu a região Leste como vetor prioritário de produção de HIS na capital, considerando a regularidade fundiária existente e a superior capacidade de recepção de novos fluxos, classificando esta como Zona de Ordenamento Territorial, a qual, segundo o Plano Diretor, é a única com vocação para H.I.S. A Cidade do Povo não apenas está situada nesta Zona de Ordenamento Territorial, como se configura como a única Área de Especial Interesse de Habitação na urbe, conforme o Plano Diretor, Lei nº 2.222 de 26 de dezembro de 2016.

Os demais vazios urbanos existentes não ofertavam locais para os equipamentos públicos necessários aos serviços de educação, saúde, segurança pública, assistência social, esportes, lazer, comércio e serviços privados, bem como ruas passíveis de ampliação para comportarem o aumento previsto no fluxo de deslocamentos veiculares.

O bairro incorporou também certas diretrizes de urbanidade, ao enfocar o fomento às atividades comerciais, de serviços e institucionais, a pluralidade de usos e perfis socioeconômicos, e certos recursos para minimizar a demanda por modais motorizados, priorizando deslocamentos curtos (como as diversas sub-centralidades institucionais).

Quanto à sustentabilidade econômica, idealizou-se a busca por geração de empregos equivalentes às dos demais bairros, considerando o perfil do entorno na seleção da região, que fica próxima a setores como o Parque Industrial, o futuro Polo Logístico e a Zona de Processamento de Exportação, no principal eixo de conexão inter-regional, além de se haver buscado maior pluralidade socioeconômica dos moradores e implantado mercados populares e órgãos públicos, objetivando o incremento do potencial de empregabilidade.

É cediço o fato de que um dos principais vetores de crescimento das cidades em geral é aquele correspondente à conexão desta com os seus polos econômicos mais próximos, sendo que, no caso de Rio Branco, as principais conexões com o restante do País, bem como com o restante do mundo, se dão através da BR-364 e da AC-40, tangentes ao bairro.

Os terrenos residenciais foram distribuídos de forma articulada no empreendimento, para estabelecer relações sociais entre a demanda emergencial dos reassentados de áreas de risco e beneficiários do subsídio integral e as demais faixas. Em 2015 foi implantado o Programa Estadual de Habitação do Servidor Público - PHSPAC, criado pela Lei nº 3.087 de 23 de dezembro de 2015, com o objetivo de incentivar a aquisição de lotes urbanizados destinados à construção de moradias e à compra de unidades prontas por servidores civis e militares. Além disso, a Lei nº 2740, de 25 de setembro de 2013, criou o Programa e a Comissão de Fomento à Instalação de Estabelecimentos Comerciais e de Serviços na “Cidade do Povo”, viabilizando 40 empreendimentos privados no bairro.

A área escolhida tem condições para receber o acréscimo de tráfego, por dispor de duas vias com faixas de domínio preservadas (BR 364 e AC40) e apresentar capacidade de ampliação e alargamento sem indenizações onerosas para desapropriações.

O transporte foi conceituado conforme diretrizes da Prefeitura Municipal de Rio Branco, que havia descentralizado os terminais de transportes coletivos e migrado de um modelo radial, concentrado no Terminal Central, para um modelo interbairros. Foi instalado um micro terminal para integrar as demais linhas com ônibus menores, menos perigosos a pedestres e menos danosos ao pavimento.

Outras estratégias de renda adotadas foram a construção de mercados públicos (o 1º está em funcionamento), bem como a pluralidade de perfis socioeconômicos dos moradores, para evitar o estigma de inferioridade aos residentes deste local, bem como reproduzir com o máximo de naturalidade possível o tecido social do restante da área urbana, incluindo o potencial de prestação de serviços entre as famílias circunvizinhas.

O projeto adotou a mobilidade sustentável enquanto um dos principais paradigmas de design, decidindo pelo fomento e indução de utilização dos modais não motores, como caminhada, bicicletas e similares, criando circuitos ciclovários e calçadas acessíveis.

Em uma breve abordagem sobre os fatores ambientais, vê-se que o bairro se situa no ponto urbano mais próximo da Unidade de Tratamento de Resíduos Sólidos da urbe, fora da abrangência do aquífero e dos riscos, dispondo de elevados percentuais de Áreas Verdes, Áreas de Proteção Permanente e taxas de permeabilidade do solo, não requerendo muitas trocas de solo, tendo boa capacidade de suporte e topografia. O bairro tem saneamento integral, o que garante a preservação dos mananciais afins ao projeto.

Segundo relatório do Serviço Geológico do Brasil – CPRM (2010), sobre a qualidade das águas do Aquífero Rio Branco, há graves contaminações destas por coliformes e nitrato nas áreas das ocupações irregulares das margens do Rio Acre, as quais compõem os locais principais de origem

das famílias à serem reassentadas para o conjunto. Quanto à evolução das obras, a primeira etapa está concluída, a segunda em execução (escola concluída e infraestrutura com recursos OGU em execução) e a terceira dependendo de novas fontes de recursos, não havendo grandes alterações no plano de usos projetado.

A média dos tamanhos de quadras e a oferta de aberturas para o espaço público são consideradas adequadas pela pesquisa e o bairro apresenta um potencial configuracional majoritariamente superior ao das áreas ribeirinhas de origem das famílias reassentadas, com elevada disponibilidade efetiva de usos, dimensões corretas de quadras e oferta adequada de aberturas para o espaço público.

O diagnóstico apresenta grande interseção com os resultados da enquete promovida junto à expressiva amostra de moradores do empreendimento, a qual aborda a adequação das moradias e do bairro em relação às áreas ribeirinhas de origem dos reassentados.

Quanto à segurança de posse, as entrevistas desvelaram uma boa avaliação, em função da universalidade de registros cartoriais, da elevada percepção da posse, e equivalência entre o conjunto e os demais bairros, quanto à segurança. Em relação ao custo acessível, predominaram as avaliações positivas, considerando a ausência de ônus diretos com a aquisição das moradias ou com as taxas condominiais.

A percepção dos moradores sobre habitabilidade é de que a residência atual seja maior do que a anterior e o terreno seja menor, pois as áreas ribeirinhas permitiam o avanço do lote até o leito do rio e o risco limitava o incremento das habitações. Praticamente todos os moradores percebem a Cidade do Povo melhor quanto à prevenção das enchentes e a qualidade das moradias é amplamente aprovada, havendo uma proporção adequada de moradores por cômodo em cerca de 70% das unidades. Os moradores entenderam que o bairro oferta condições bastante superiores de infraestrutura, serviços e equipamentos públicos, assim como a oferta de comércio e serviços privados foi julgada adequada.

Diferentemente da situação criticada e denunciada com recorrência nas análises do PMCMV, no caso da Cidade do Povo não houve a adoção da tipologia de condomínios fechados para a produção habitacional, que foi totalmente configurada como conjuntos abertos e, neste senso, integrados. A segregação das pessoas através da constituição de condomínios fechados subverte a lógica fundamental da cidade, que deve ser capaz de produzir o enriquecimento cultural através da interação e do convívio entre as diferentes realidades constituintes de uma determinada sociedade e, ao preferir não incorporar esta opção, este bairro ganhou em urbanidade.

Outras características morfológicamente favoráveis do projeto são a flexibilidade e a adaptabilidade decorrentes da utilização da tipologia de residências unifamiliares em terrenos individualizados, na proporção em que estas possibilitam a reconfiguração dos acessos, do uso e da ocupação do solo em concordância com a evolução da conjuntura social do bairro, das comunidades e das famílias.

A análise sintática da dispersão de equipamentos públicos e de seu nexo com a disposição das ruas mais escolhidas e mais integradas designa que a gestão adotou três estratégias consorciadas e complementares na formação de sua rede de serviços.

Foi consolidado um setor institucional principal na área central e um setor institucional complementar articulado com a ocupação denominada “Ramal do Herculano”, sendo que ambas estão apenas às ruas com maior potencial de escolha para a circulação, o que induziu as centralidades e reforçou a percepção de forte presença estatal na localidade.

Outra estratégia correspondeu à implantação de um terceiro setor institucional em uma região menos acessível, margeando o Igarapé da Judia, de maneira que este atuasse como indutor de um vetor de desenvolvimento no sentido da área mais profunda do local. A terceira estratégia correspondeu à instalação de praças, equipamentos esportivos e academias na malha, em trechos menos acessíveis, para atender às demandas locais.

Estas decisões da administração pública condicionaram a disposição das investidas empresariais posteriores, em conjunto com determinados programas governamentais no fomento à iniciativa

privada, através da alienação de terrenos específicos para a instalação de comércio/serviços e da construção de um amplo mercado público municipal.

Dos 48 lotes comerciais licitados cerca de 40 foram alienados e parte destes convertidos em obras de estabelecimentos empresariais, além de haverem sido ocupadas todas as lojas disponíveis no mercado público, entretanto funcionando intermitentemente. Houve também a oferta de nove quadras comerciais de maiores dimensões, entre cerca de 1.500 m² e 3.500 m², localizadas no interior das quadras residenciais, das quais uma foi vendida e convertida na maior loja de material de construção do bairro.

O mapeamento dos empreendimentos privados revelou que as iniciativas empresariais dos moradores se deram através da adaptação das unidades habitacionais situadas em ruas de maior escolha, porém remanescentes da ampla proporção de terras institucionais ocupadas ou reservadas para atender aos governos. Há também uma proliferação de empreendimentos de escala diminuta distribuídos em pontos menos acessíveis do conjunto, nos interiores das quadras residenciais, objetivando o atendimento específico das demandas rotineiras, com foco em uma abrangência local, mais restrita.

O bairro dispõe de todos os usos cotidianos complementares e obrigatórios, sendo que a relação de habitantes por vaga do bairro é muito mais favorável do que a da cidade como um todo quanto à escolas infantis e creches (que utilizam unidades compartilhadas), enquanto que a proporção de áreas de lazer e recreação no bairro é 50% maior do que a da urbe, revelando a disponibilidade substancial de usos cotidianos no empreendimento.

O total de vagas de ensino profissional disponível no bairro (ainda que não exclusivas aos moradores) é dezesseis vezes maior do que a oferta per capita da cidade, assim como a cobertura de CRAS no empreendimento é quase quatro vezes maior do que a da capital.

A Cidade do Povo dispõe de todos os usos eventuais obrigatórios e complementares, excetuando-se correios e o banco, cuja função é parcialmente atendida pela casa lotérica. Estão também disponíveis no Centro de Ensino Profissional a formação complementar e a biblioteca, sendo que o centro médico é contemplado pela UPA, com uma cobertura do bairro quase 5 vezes maior do que a proporção geral das UPAs para a cidade.

A UBS da Cidade do Povo também tem um potencial de atendimento à comunidade superior ao geral da rede básica de saúde de Rio Branco, assim como as escolas públicas de ensinos fundamental e médio apresentam proporções muito superiores de vagas para o bairro, resultando em uma oferta também substancial de usos eventuais.

O acesso do bairro aos usos esporádicos é possível em menos de uma hora, através de transporte público, resultando em disponibilidade substancial de usos esporádicos.

O esforço de variação de tipos edilícios quanto à materiais e projetos, é um aspecto salutar registrado, além dos amplos lotes de 175m² a 240m², que possibilitam ampliações.

Assim sendo, o reassentamento das famílias para a Cidade do Povo gerou um ganho de qualidade de vida para esta população, na ampla maioria dos aspectos estudados, sendo que muitos dos desafios atuais do bairro dependem exatamente da presença do poder público, através de planos, programas, projetos e ações de gestão e de investimentos, como a retomada das obras, o que fará justiça com a população instalada no bairro de início, bem como dará funcionalidade aos muitos investimentos efetuados neste local, em especial pela União, através inclusive dos Ministérios das Cidades, da Educação, da Saúde e da Segurança, dentre muitos outros órgãos.

O rol de investimentos realizados foi dimensionado para a conformação do centro urbano de um empreendimento para 10.518 moradias, razão pela qual praticamente todos os equipamentos implantados estão superdimensionados para a população atual, incluindo-se a UPA, a ETE, a ampla rede de Escolas, os Centros Profissionalizantes, o Mercado Público, a Delegacia Regional, entre outros.

Além das qualidades já citadas, o projeto apresenta ainda uma predominância absoluta de áreas de uso coletivo, sistemas viários, áreas verdes e de proteção ambiental, sendo que apenas por volta de 30%, do total de cerca de 700 hectares, foram efetivamente consignados para moradias. Tal conjunto

de características, precauções, estudos e interações interinstitucionais, resultou em ganhos de qualidade para a proposta, enriquecida com contribuições advindas de várias origens. Alguns exemplos são o Estudo de Impactos de Vizinhança, os debates com o Conselho de Arquitetura e Urbanismo, a Audiência Pública realizada para a aprovação da proposta, a sabatina determinada pelo Ministério das Cidades junto à Direção Nacional do Instituto dos Arquitetos do Brasil, no Rio de Janeiro, que aprovou a proposta, bem como a moção de apoio realizada pelo Sindicato Nacional dos Engenheiros Civis, em São Paulo, SP.

O resultado é um projeto reconhecido nacionalmente como referência de qualidade, pela utilização do programa habitacional federal enquanto instrumento de revitalização urbana de todo o município, desfazendo regiões inteiras de ocupações de risco para reassentar estas famílias em um bairro, que tem todas as condições estruturais para se tornar no futuro um dos melhores locais da cidade.

Em função destas características, incomuns no PMCMV, a obra foi contemplada com o Selo de Mérito, no 63º Fórum Nacional de Habitação de Interesse Social, na categoria “Relevância Urbana e Social”, sendo apresentada no evento como referência positiva.

Por esta razão, o empreendimento foi selecionado para a implantação destas 350 novas unidades habitacionais propostas, em conjunto com as demais moradias já edificadas, consolidando ainda mais este novo recorte urbano do Segundo Distrito e afetando positivamente a requalificação da Cidade de Rio Branco como um todo.

Resultados Esperados

O reassentamento de ocupações ribeirinhas sujeitas a riscos graves incrementará as condições de resiliência da cidade de Rio Branco, na medida em que diminuirá o quantitativo de famílias atingidas recorrentemente pelas enchentes, movimentações de solos e processos correlatos, produzindo assentamentos com qualidades socioespaciais adequadas, que propiciem melhores condições de vida para esta população flagelada, com foco em segurança, saneamento, sustentabilidade, conforto, desenvolvimento social e econômico, infraestrutura saudável, serviços públicos adequados e integração urbana.

Vinculação Com a Estrutura de Planejamento do Governo Estadual: Eixos Estratégicos e Programas Temáticos

Eixo: Infraestrutura e Mobilidade Urbana

Programa Temático 01: Preservação das Encostas de Rios e Igarapés

Programa Temático 01: Ampliação do Acesso à Moradia Digna

Descrição do Projeto

Tipo de Projeto (Modalidade): Obra

Situação do Projeto: Não iniciado

Público-Alvo: Diretamente, as cerca de 14.500 pessoas desalojadas nos piores sinistros (incluindo por volta de 8.000 pessoas desabrigadas e 1.800 acometidas por doenças). Indiretamente, as 364.756 pessoas residentes na capital (incluindo as cerca de 87 mil pessoas afetadas pelas piores enchentes ocorridas na urbe), em função da requalificação do principal manancial da região, da restauração dos serviços ecossistêmicos e dos impactos positivos em geral, que serão propiciados pela reassentamento destas famílias.

Localização dos Beneficiários: Rio Branco-Acre

Descrição Geral:

A proposta aqui apresentada é composta por moradas unifamiliares geminadas térreas, em lotes com dimensões variando entre 175m² e 240m², as quais totalizam 200 unidades. Quanto à configuração edilícia, a proposta contempla a variação das fachadas, quanto a cores, detalhes arquitetônicos, cobertura ou volumetria das unidades habitacionais, enquanto forma de sugestionar a personalização

e a constituição de diferentes identidades comunitárias nos diferentes recortes urbanos integrantes das 350 habitações.

Além disso, as casas serão entregues com áreas permeáveis frontais gramadas ou com tratamento paisagístico compatível com o clima da região, sendo ainda utilizados pavimentos duráveis, porosos e drenantes, de cores claras, com baixa absorção de calor e termicamente confortáveis em calçadas, caminhos, ambientes de circulação, jardins, ciclovias, áreas de permanência e caminhos verdes.

Considerando-se o incremento desejável às condições de integração das comunidades mais carentes com a economia formal do restante da sociedade, bem como a necessidade de meios de comunicação tradicionais, compatíveis com parte do perfil deste público, o projeto prevê a instalação de locais adequados para armazenamento de pacotes de maior volume (correspondências) nestas moradias.

O elevado índice pluviométrico permite a utilização de reuso de águas pluviais, razão pela qual o projeto inclui cisternas individualizadas, de acordo com norma da ABNT 15527, com dimensionamento compatível com o índice pluviométrico local, além de, ainda quanto à sustentabilidade, estar garantida a adequada avaliação do impacto ambiental das obras, por meio de ferramenta para cálculo de inventário da emissão de Carbono, com avaliação da emissão de Gases do Efeito Estufa, através da ferramenta Cecarbon.

Além disso, é fundamental a consideração de que a presente proposta se situa em Rio Branco, município caracterizado como capital regional, possui terreno doado pelo ente público (Governo do Estado), e prevê os sistemas de coleta e tratamento de esgotos, abastecimento de água tratada, drenagens pluviais, elétrico e pavimentação asfáltica.

Quanto à inserção urbana da área, esta conta com ótimas condições de atendimento com equipamentos públicos e privados no entorno do polígono, o qual atende a todos os critérios de análise definidos pelo PMCMV atinentes às distâncias de creches, escolas de ensinos fundamental e médio, abrigos de transporte coletivo, comércios e outros.

Assim sendo, a execução das 200 habitações de interesse social, unifamiliares e geminadas, no bairro Cidade do Povo, objeto desta justificativa, se mostram necessárias para o cumprimento da função social da propriedade urbana, conforme a Lei Federal nº. 10.257, de 10 de julho de 2001, conhecida como Estatuto das Cidades. Além disso, a proposta também atende aos ditames do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Municipal de Rio Branco, Lei nº. 2.222, de 26 de dezembro de 2016, que especifica esta região como a única com vocação para HIS, além de beneficiarem o interesse público, de darem funcionalidade a investimentos já realizados, e, principalmente, conformarem uma resposta concreta aos efeitos das mudanças climáticas no rio Acre e na capital do Estado.

Valor Estimado do Projeto

Valor Total: R\$ 36.000.000,00

GND 4 (Investimento): R\$ 36.000.000,00

Prazo Estimado para Execução

18 meses

Produtos/Itens do Projeto

Produto/Item	Unidade	Quantidade	Valor (R\$)
Reassentamento de moradias de áreas de risco às margens do Rio Acre para a Cidade do Povo (R\$ 200.000,00 p/ UH)	Und	200	36.000.000,00
Total			36.000.000,00

Anexos

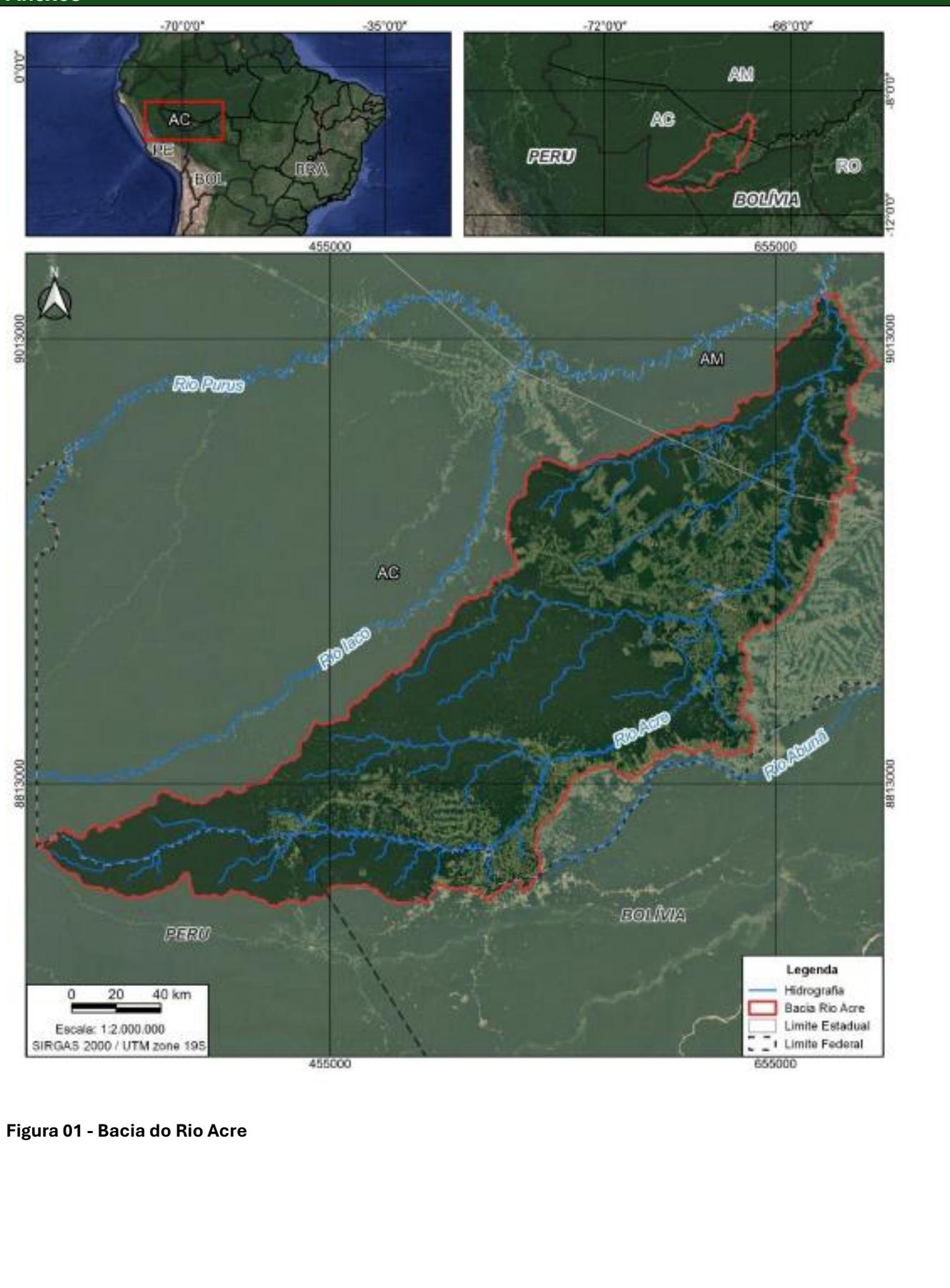


Figura 01 - Bacia do Rio Acre



Figura 02 - Área de Rio Branco afetada pelas enchentes do rio Acre e igarapés afluentes em março de 2023.

Fonte: Ucegeo/Governo do Estado do Acre, 2023



Figura 03 e 04 – Imagens dos bairros Deracre e Paz que mostram efeitos diretos, com alagamentos provocados pelo aumento da cota das águas do igarapé São Francisco e seus afluentes.

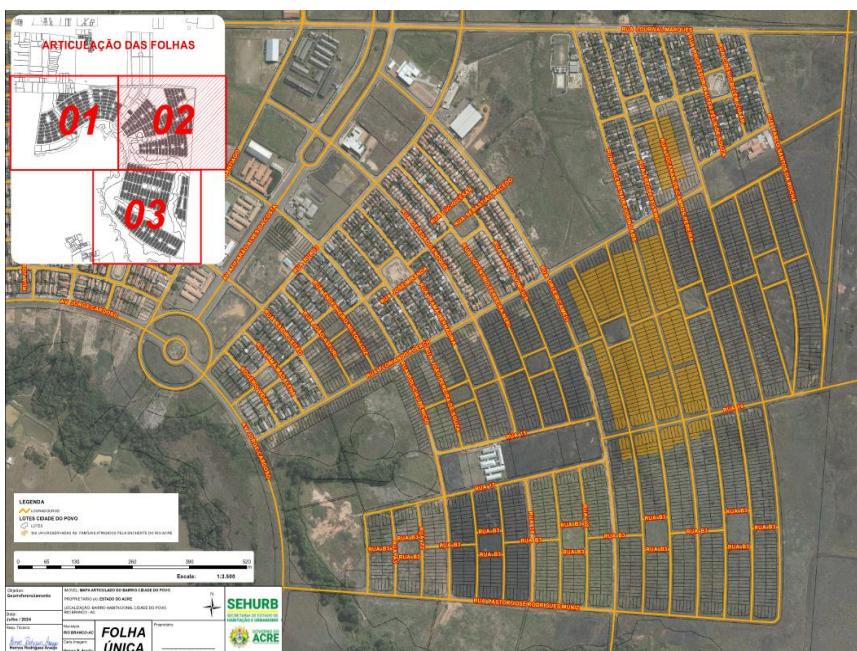
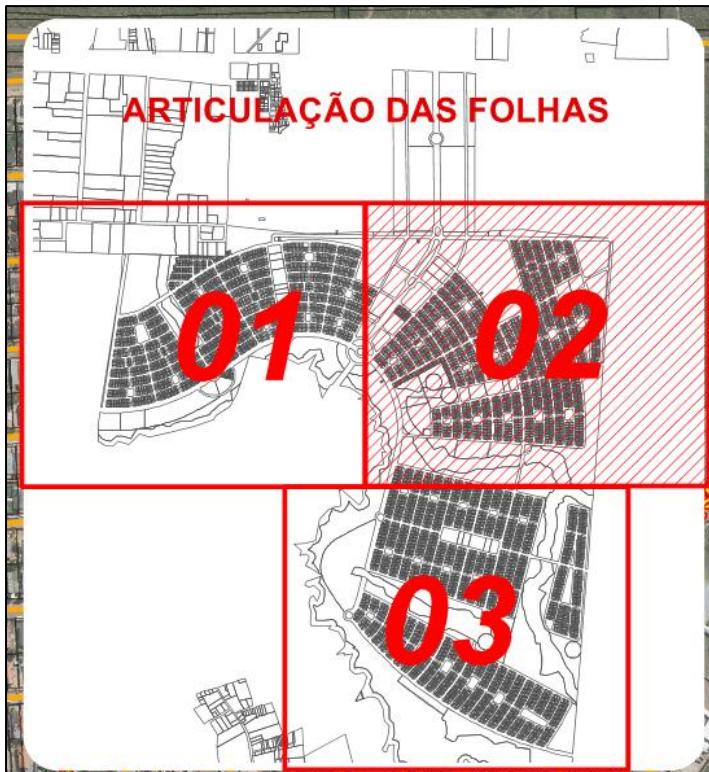


Figura 05 - Mapa Articulado da Cidade do Povo, prevendo a Implantação de 200 Unidades Habitacionais - UH's no Lote 02, como evidenciado no mapa anexo.

PROJETO 3

Título/Objeto
Construção de 150 Unidades Habitacionais na Nova Cidade de Brasiléia.
Órgão Responsável pela Execução
Secretaria de Estado de Habitação e Urbanismo - SEHURB
Responsável pelas Informações
Nome: Egleuson Araújo Santiago Cargo: Secretário de Estado Tel.: (68) 9.9239-1661 E-mail: gabinete.sehurb@gmail.com
Objetivo
No sentido de combater as ocupações em áreas de risco e também as soluções inadequadas, compostas por reassentamento para áreas com menor habitabilidade, urbanisticamente precárias e com baixa diversidade funcional, esta proposta tem o objetivo geral de contribuir para a produção de uma urbe com moradias adequadas, mais urbanidade e maior resiliência aos efeitos das mudanças climáticas. O objetivo específico é apoiar o início da requalificação das margens do Rio Acre, por meio do reassentamento de 150 casas, situadas, sob riscos, em suas encostas.
Situação-Problema
O tema dos riscos alcança atualmente uma escala particularmente alta de interesse em decorrência da pandemia que assolou o planeta a partir do ano de 2019, o Covid-19, bem como das manifestações técnicas e científicas acerca do grande potencial de danos a que estão sujeitas as áreas de favelas, palafitas, assentamentos precários e outros. Bonduki (2017) vincula as várias epidemias que atingiram o país durante a Primeira República, notadamente em São Paulo e no Rio de Janeiro, com as origens da atuação estatal brasileira na questão habitacional, que focava em controle sanitário das casas, publicação de leis e execução de obras sanitárias em geral, ou nos centros e baixadas. A multiplicidade de tipos de riscos existentes pressupõe condicionantes variadas e, na Região Norte, o período das chuvas conjuga as ameaças das epidemias com as das enchentes, eventos que potencializam contaminações por via hídrica em geral e por via aérea, como nos casos dos abrigos provisórios que concentram os desabrigados em pequenos boxes de lona. Além disso, estas áreas suscetíveis a enchentes recorrentes são também aquelas que enfrentam uma indisponibilidade quase plena de infraestrutura em geral, inclusive de sistemas sanitários, sendo regiões comumente consideradas foco de reassentamentos e inaptas para consolidação. Além dos múltiplos riscos, as cidades enfrentam desafios universais, como os relativos à mobilidade, integração social e sustentabilidade, mas também agravantes regionais, como a disparidade socioeconômica do Brasil, as incongruências de uma sociedade patrimonialista e excludente, além dos conflitos de parte dos atores citadinos com os princípios da urbanidade. As cidades brasileiras, apesar das idiossincrasias, também transparecem certos elementos recorrentes, como as irregularidades fundiárias, as deficiências dos serviços, a degradação dos espaços públicos e do meio ambiente, a exacerbada mercantilista de sua produção, com malhas pouco integradas, segregação socioespacial, fragmentação urbana, processos de gentrificação, especulação e os desafios para efetivar o exercício da função social da propriedade, conforme estabelece o Estatuto das Cidades, apenas para mencionar alguns exemplos.

A cidade de Brasiléia está inserida neste desafio com recorrência de enchentes, tendo atingido em 2015 a cota de 15,55 m e em fevereiro de 2024 a cota de 14,00 m, 2,60 m acima da cota de transbordamento de 11,40 m (FIDE, MIDR, 2024), e, segundo jornais locais no dia 28 de fevereiro de 2024, atingido a cota de 15,56 m, a maior de toda a história, atingindo cerca de 80% da cidade.

O evento de 2024 ocasionou 5 milhões de reais em danos materiais ao setor privado e cerca de 8 milhões de reais de danos no setor público, com mais de 20% da população atingida com poluição ou contaminação de água, poluição ou contaminação do solo e diminuição ou exaurimento hídrico (FIDE, MIDR, 2024).

Ademais, provocou 900 desabrigados, 7.900 desalojados, além de ter atingido 22.300.000,00 unidades habitacionais, além de milhares de instalações públicas e obras de infraestrutura pública (FIDE, MIDR, 2024).

Assim sendo, o agravamento paulatino das enchentes e das consequências afins fez com que o governo entendesse o desfazimento das áreas flageladas como algo inevitável.

As causas do agravamento das enchentes estão relacionadas à redução dos serviços ecossistêmicos, especialmente da regulação do regime hidrológico e assoreamento dos rios, agravado pelo desmatamento ainda incidente na região da sub-bacia do rio Acre.

Ao mesmo tempo, a demanda por espaço para habitação urbana tem aumentado substancialmente em Brasiléia, levando à ocupação de espaços considerados de maior risco natural aos processos de cheias e enchentes dos rios da região.

Junto com o desmatamento, a cidade sente os efeitos das mudanças climáticas globais, que estão alterando o ciclo das chuvas na região, estendendo o período seco e concentrando as precipitações em períodos mais curtos e intensos.

Contexto e Justificativa

As obras de Construção de 150 Habitações de Interesse Social na Nova Cidade de Brasiléia, propiciará condições mais dignas de vida à população contemplada, integrante dos estratos de menores rendas de Brasiléia, garantindo também a funcionalidade dos amplos investimentos públicos feitos no local, em especial através de convênios e repasses federais, atendendo adicionalmente ao Plano Diretor da Cidade.

Em estudos recentes realizados na Bacia do Rio Acre, especificamente na cidade de Brasiléia, observa-se a ocupação intensiva da planície de inundação, com dificuldades de se encontrar soluções técnicas de mitigação durante os períodos de enchentes, direcionando a necessidade de realocação de população atingida, neste caso, de cerca de 13.000 pessoas (FIDE, MIDR, 2024).

Além da situação de abrangência e população atingida durante as cheias do rio Acre tem-se o déficit habitacional de 694 registrado pela Fundação João Pinheiro em 2019 (FJP, 2021) já se apresenta como fator motivador para providências relacionadas a construção de unidades habitacionais pelo poder público.

Com a situação evidenciada nas manchas de inundação registradas em 2015 e em 2024, verifica-se a necessidade cada vez mais urgente em se realocar não apenas desabrigados e desalojados, mas se deslocar a cidade que atualmente existe numa cota amplamente afetada por enchentes, para uma cota e região localizada na parte alta da cidade.

É claro que a real situação requer um trabalho mais amplo, de realização de fato, de uma mudança no plano urbanístico da cidade, mas que não impede de o poder público buscar realizar os reassentamentos para àqueles que se encontram atualmente em situação de maior risco.

Resultados Esperados

O reassentamento de ocupações ribeirinhas sujeitas a riscos graves ou ainda de famílias que se encontram na estatística de déficit habitacional incrementará as condições de resiliência da cidade de Brasiléia, na medida em que diminuirá o quantitativo de famílias atingidas recorrentemente pelas enchentes, movimentações de solos e processos correlatos, produzindo assentamentos com

qualidades socioespaciais adequadas, que propiciem melhores condições de vida para esta população flagelada, com foco em segurança, saneamento, sustentabilidade, conforto, desenvolvimento social e econômico, infraestrutura saudável, serviços públicos adequados e integração urbana.

Vinculação Com a Estrutura de Planejamento do Governo Estadual: Eixos Estratégicos e Programas Temáticos

Eixo: Infraestrutura e Mobilidade Urbana

Programa Temático: Preservação das Encostas de Rios e Igarapés

Programa Temático: Ampliação do Acesso à Moradia Digna

Descrição do Projeto

Tipo de Projeto (Modalidade): Obra

Situação do Projeto: Não iniciado

Público-Alvo: Diretamente, as cerca de 7.900 pessoas desalojadas no pior sinistro de 2024. Indiretamente, as 2.300 unidades habitacionais atingidas, além dos equipamentos públicos e comércio.

Localização dos Beneficiários: Brasileia-Acre

Descrição Geral:

A proposta aqui apresentada é composta por moradas unifamiliares geminadas térreas, em lotes com dimensões variando entre 175m² e 240m², as quais totalizam 150 unidades. Quanto à configuração edilícia, a proposta contempla a variação das fachadas, quanto a cores, detalhes arquitetônicos, cobertura ou volumetria das unidades habitacionais, enquanto forma de sugerir personalização e a constituição de diferentes identidades comunitárias nos diferentes recortes urbanos integrantes das 150 habitações.

Além disso, as casas serão entregues com áreas permeáveis frontais gramadas ou com tratamento paisagístico compatível com o clima da região, sendo ainda utilizados pavimentos duráveis, porosos e drenantes, de cores claras, com baixa absorção de calor e termicamente confortáveis em calçadas, caminhos, ambientes de circulação, jardins, ciclovias, áreas de permanência e caminhos verdes.

Considerando-se o incremento desejável às condições de integração das comunidades mais carentes com a economia formal do restante da sociedade, bem como a necessidade de meios de comunicação tradicionais, compatíveis com parte do perfil deste público, o projeto prevê a instalação de locais adequados para armazenamento de pacotes de maior volume (correspondências) nestas moradias.

O elevado índice pluviométrico permite a utilização de reuso de águas pluviais, razão pela qual o projeto inclui cisternas individualizadas, de acordo com norma da ABNT 15527, com dimensionamento compatível com o índice pluviométrico local, além de, ainda quanto à sustentabilidade, estar garantida a adequada avaliação do impacto ambiental das obras, por meio de ferramenta para cálculo de inventário da emissão de Carbono, com avaliação da emissão de Gases do Efeito Estufa, através da ferramenta Cecarbon.

Além disso, é fundamental a consideração de que a presente proposta se situa em Brasiléia, município caracterizado como pertencente ao Alto Acre, em localidade situada na parte alta da cidade, fora da mancha de inundação apresentada no ano de 2024, na Avenida Marinho Monte, na saída para o município de Assis Brasil, em lotes de terra com infraestrutura (água, esgoto e energia), próximos ao Hospital Regional de Brasiléia, além da existência de escolas nas proximidades.

Valor Estimado do Projeto

Valor Total: R\$ 28.500.000,00

GND 4 (Investimento): R\$ 28.500.000,00

Prazo Estimado para Execução

18 meses

Produtos/Itens do Projeto

Produto/Item	Unidade	Quantidade	Valor (R\$)
Reassentamento de moradias de áreas de risco às margens do Rio Acre para a parte Alta da Cidade (R\$ 200.000,00 p/ UH)	Und	150	28.500.000,00
Total			28.500.000,00

Anexos

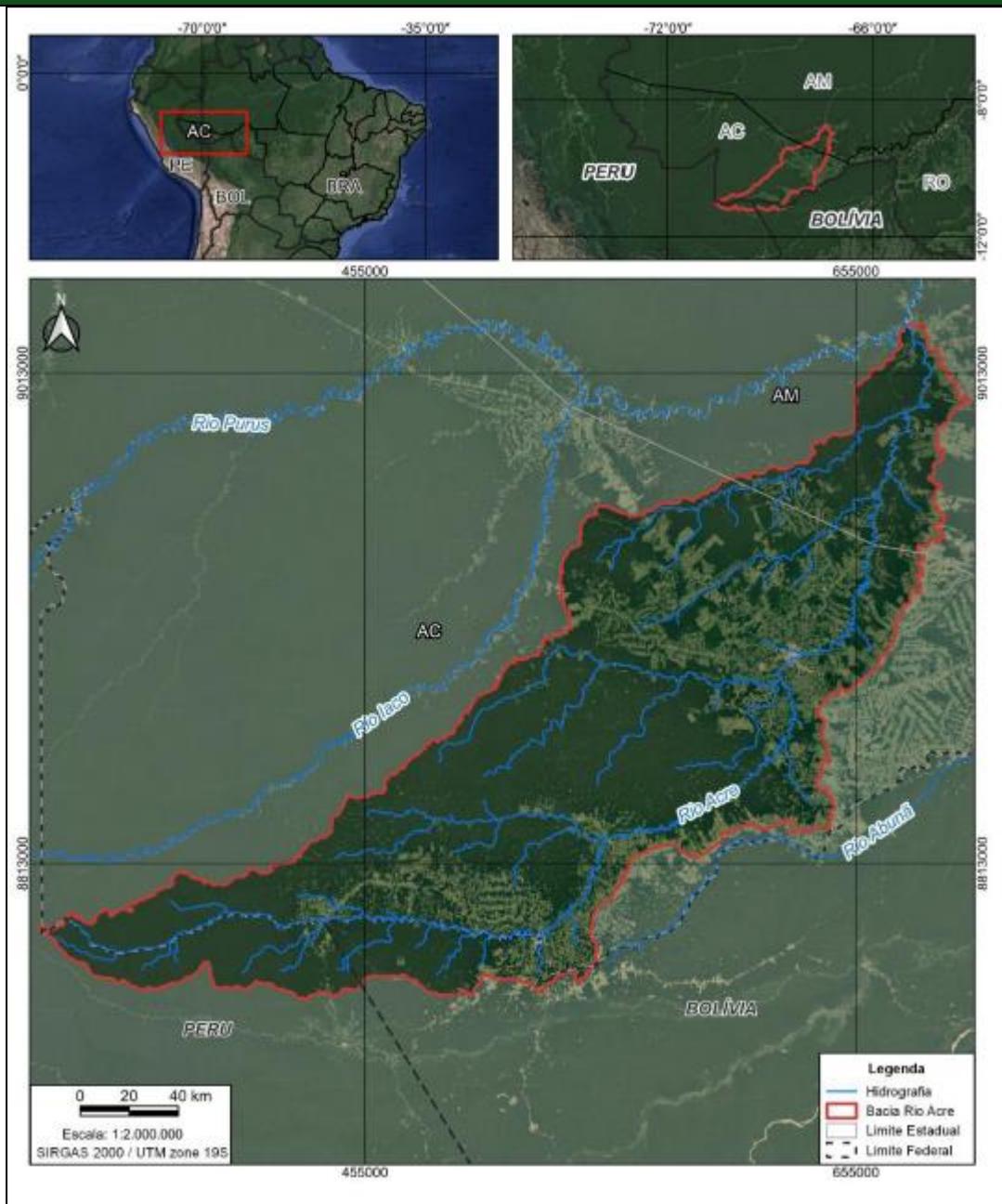


Figura 01 - Bacia do Rio Acre

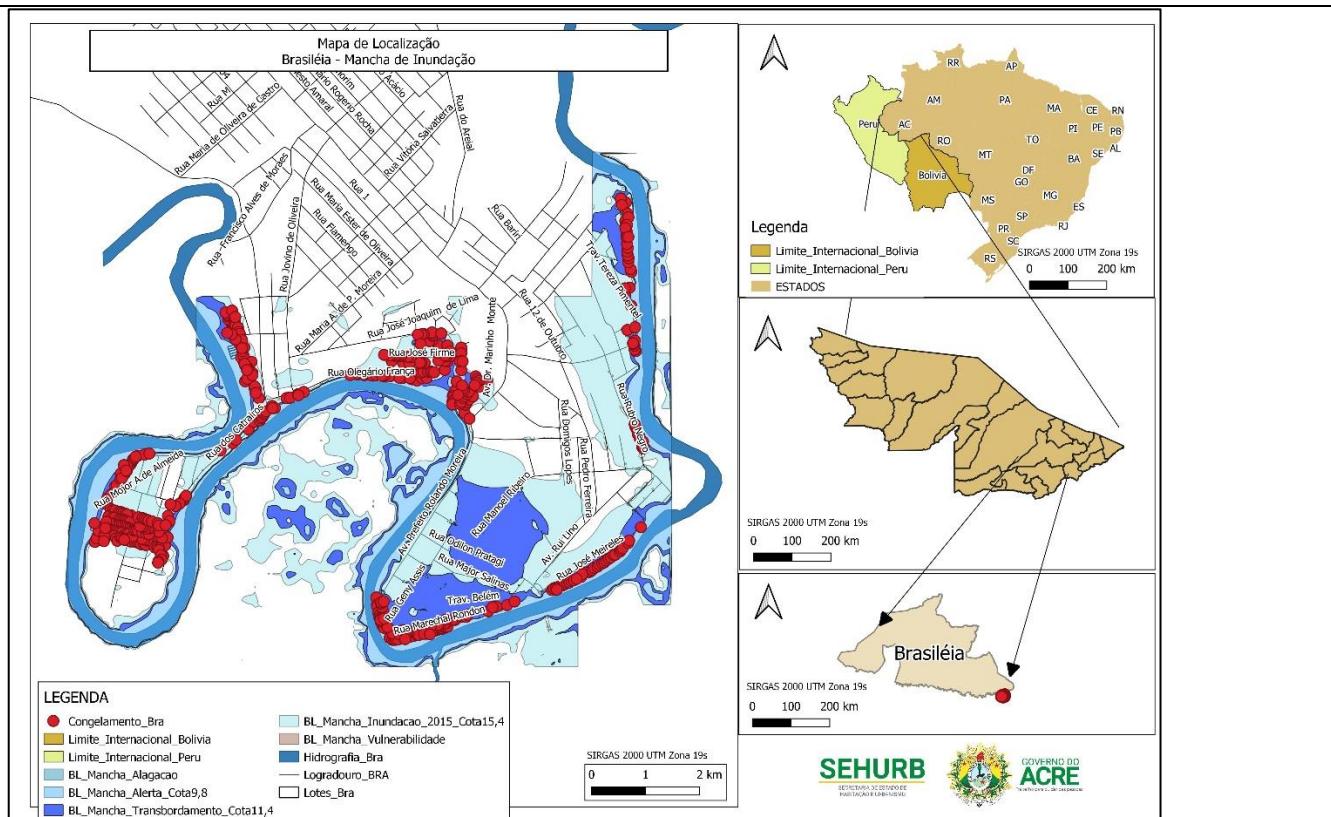


Figura 02 - Área de Brasiléia afetada pelas enchentes do rio Acre e igarapés afluentes em 2015.

Fonte: Sehurb, 2023

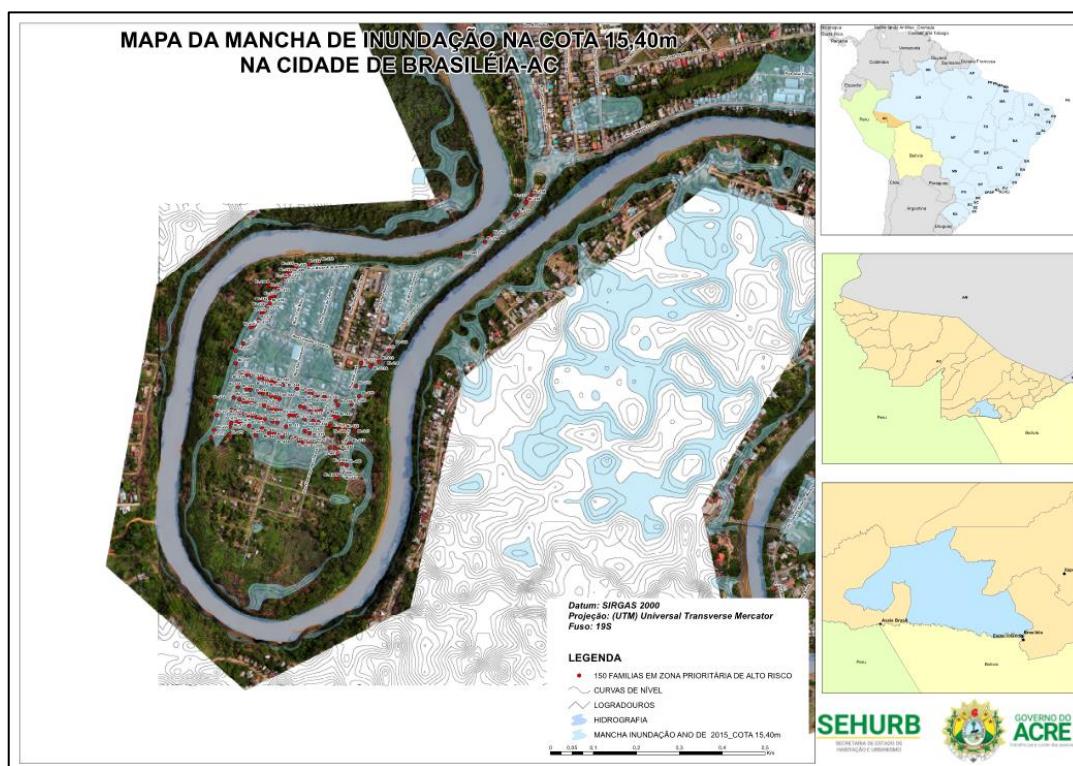


Figura 03 - Identificação das 150 famílias no Bairro Leonardo Barbosa, em Brasiléia, Ac onde na localidade há riscos iminentes de erosão, devido às enchentes do rio Acre e igarapés afluentes em 2015. Fonte: Sehurb, 2023.

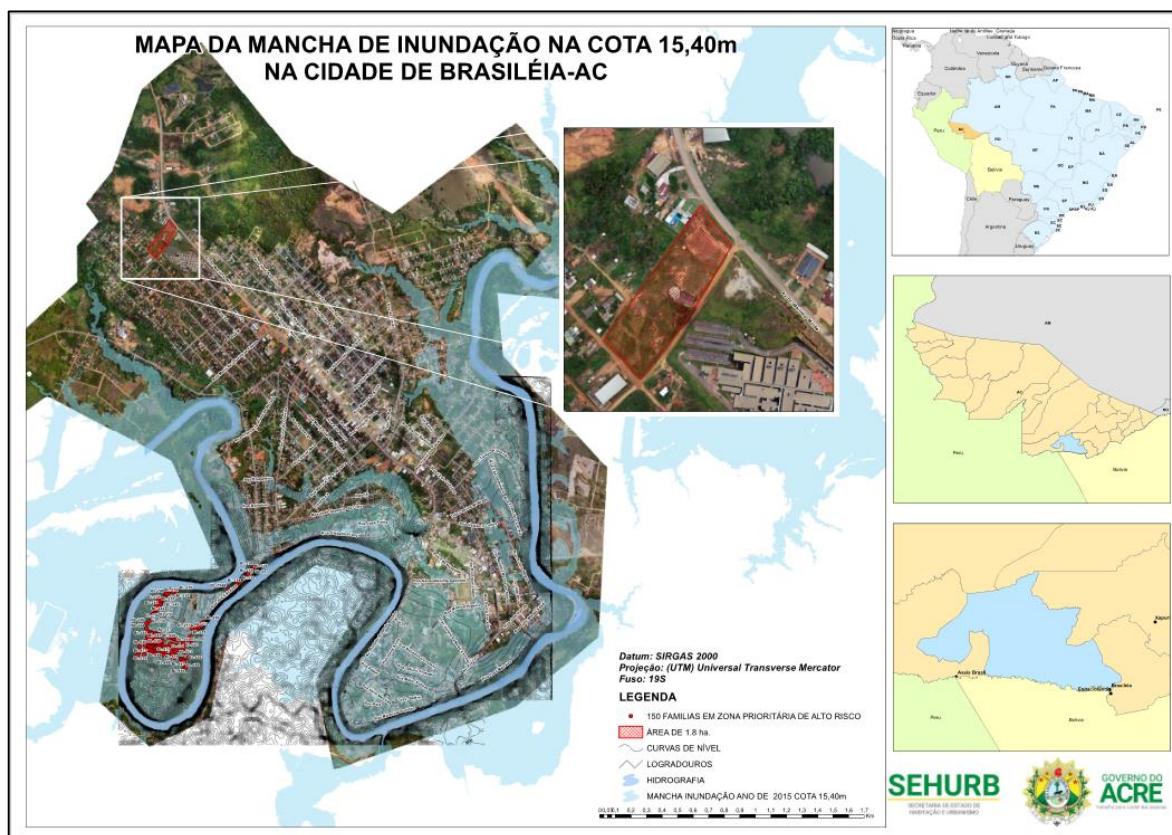


Figura 04 - Identificação de uma gleba com 3 hectares para construção de novo loteamento para acomodar com segurança 150 famílias oriundas do Bairro Leonardo Barbosa, em Brasiléia, Ac. Fonte: Sehurb, 2023.

PROJETO 4

Título/Objeto
Construção de 70 Unidades Habitacionais em Tarauacá
Órgão Responsável pela Execução
Secretaria de Estado de Habitação e Urbanismo - SEHURB
Responsável pelas Informações
Nome: Egleuson Araújo Santiago Cargo: Secretário de Estado Tel.: (68) 9.9239-1661 E-mail: gabinete.sehurb@gmail.com
Objetivo
No sentido de combater as ocupações em áreas de risco e também as soluções inadequadas, compostas por reassentamento para áreas com menor habitabilidade, urbanisticamente precárias e com baixa diversidade funcional, esta proposta tem o objetivo geral de contribuir para a produção de uma urbe com moradias adequadas, mais urbanidade e maior resiliência aos efeitos das mudanças climáticas. O objetivo específico é apoiar o início da requalificação das margens do Rio Tarauacá, por meio do reassentamento de 70 casas, situadas, sob riscos, em suas encostas ou proximidades.
Situação-Problema
O tema dos riscos alcança atualmente uma escala particularmente alta de interesse em decorrência da pandemia que assolou o planeta a partir do ano de 2019, o Covid-19, bem como das manifestações técnicas e científicas acerca do grande potencial de danos a que estão sujeitas as áreas de favelas, palafitas, assentamentos precários e outros. Bonduki (2017) vincula as várias epidemias que atingiram o país durante a Primeira República, notadamente em São Paulo e no Rio de Janeiro, com as origens da atuação estatal brasileira na questão habitacional, que focava em controle sanitário das casas, publicação de leis e execução de obras sanitárias em geral, ou nos centros e baixadas. A multiplicidade de tipos de riscos existentes pressupõe condicionantes variadas e, na Região Norte, o período das chuvas conjuga as ameaças das epidemias com as das enchentes, eventos que potencializam contaminações por via hídrica em geral e por via aérea, como nos casos dos abrigos provisórios que concentram os desabrigados em pequenos boxes de lona. Além disso, estas áreas suscetíveis a enchentes recorrentes são também aquelas que enfrentam uma indisponibilidade quase plena de infraestrutura em geral, inclusive de sistemas sanitários, sendo regiões comumente consideradas foco de reassentamentos e inaptas para consolidação. Além dos múltiplos riscos, as cidades enfrentam desafios universais, como os relativos à mobilidade, integração social e sustentabilidade, mas também agravantes regionais, como a disparidade socioeconômica do Brasil, as incongruências de uma sociedade patrimonialista e excludente, além dos conflitos de parte dos atores citadinos com os princípios da urbanidade. As cidades brasileiras, apesar das idiossincrasias, também transparecem certos elementos recorrentes, como as irregularidades fundiárias, as deficiências dos serviços, a degradação dos espaços públicos e do meio ambiente, a exacerbada mercantilista de sua produção, com malhas pouco integradas, segregação socioespacial, fragmentação urbana, processos de gentrificação, especulação e os desafios para efetivar o exercício da função social da propriedade, conforme estabelece o Estatuto das Cidades, apenas para mencionar alguns exemplos.

A cidade de Tarauacá está inserida neste desafio com recorrência de enchentes, principalmente nos últimos cinco anos.

Em 29 de fevereiro de 2024 o rio Tarauacá atingiu a cota de 10,72 m, mais de 1,0 m acima da cota de transbordamento de 9,0 m, segundo informações de jornais locais.

Com quase 3 mil pessoas desabrigadas nas recorrentes enchentes, principalmente a partir de 2021, tem enfrentado as consequências severas destas que afetam em torno de 75% da população a cada evento.

Segundo dados oficiais do Formulário de Informações do Desastre - FIDE do Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil - SINPDEC, em 24 de fevereiro de 2024, com o atingimento da cota 9,40 m já tinha inúmeros bairros afetados, com 9.500 pessoas afetadas diretamente.

O evento de 2024 causou prejuízo de 75.000,00 apenas em unidades habitacionais, custo este registrado na data de 24 de fevereiro de 2024, com mais de 20% da população atingida com poluição ou contaminação de água e de 5% a 10% da população afetada quanto à diminuição ou exaurimento hídrico (FIDE, MIDR, 2024).

Ademais, provocou prejuízos econômicos públicos na ordem de 829.000,00 e no setor privado de R\$ 465.000,00 (FIDE, MIDR, 2024).

Assim sendo, o agravamento paulatino das enchentes e das consequências afins fez com que o governo entendesse o desfazimento das áreas flageladas como algo inevitável.

As causas do agravamento das enchentes estão relacionadas à redução dos serviços ecossistêmicos, especialmente da regulação do regime hidrológico e assoreamento dos rios, agravado pelo desmatamento ainda incidente na região da sub-bacia do rio Tarauacá.

Ao mesmo tempo, a demanda por espaço para habitação urbana tem aumentado substancialmente em Tarauacá, levando à ocupação de espaços considerados de maior risco natural aos processos de cheias e enchentes dos rios da região.

Junto com o desmatamento, a cidade sente os efeitos das mudanças climáticas globais, que estão alterando o ciclo das chuvas na região, estendendo o período seco e concentrando as precipitações em períodos mais curtos e intensos.

Contexto e Justificativa

As obras de Construção de 70 Habitações de Interesse Social em Tarauacá propiciarão condições mais dignas de vida à população contemplada, integrante dos estratos de menores rendas de Tarauacá, garantindo também a funcionalidade dos amplos investimentos públicos feitos no local, em especial através de convênios e repasses federais, atendendo adicionalmente ao Plano Diretor da Cidade.

Em estudos recentes realizados na Bacia do rio Tarauacá, especificamente na cidade de Tarauacá, observa-se a ocupação intensiva da planície de inundação, com dificuldades de se encontrar soluções técnicas de mitigação durante os períodos de enchentes, direcionando a necessidade de realocação de população atingida, neste caso, de cerca de 9.500 pessoas (FIDE, MIDR, 2024).

Além da situação de abrangência e população atingida durante as cheias do rio Tarauacá tem-se o déficit habitacional de 1.124 registrado pela Fundação João Pinheiro em 2019 (FJP, 2021) já se apresenta como fator motivador para providências relacionadas à construção de unidades habitacionais pelo poder público.

Com a situação evidenciada nas manchas de inundação registradas entre 2021 e 2024, verifica-se a necessidade cada vez mais urgente em se realocar não apenas desabrigados e desalojados, mas se deslocar a cidade que atualmente existe numa cota amplamente afetada por enchentes, para uma cota e região localizada na parte alta da cidade.

Resultados Esperados

O reassentamento de ocupações ribeirinhas sujeitas a riscos graves ou ainda de famílias que se encontram na estatística de déficit habitacional incrementará as condições de resiliência da cidade de Brasileia, na medida em que diminuirá o quantitativo de famílias atingidas recorrentemente pelas enchentes, movimentações de solos e processos correlatos, produzindo assentamentos com qualidades socioespaciais adequadas, que propiciem melhores condições de vida para esta população flagelada, com foco em segurança, saneamento, sustentabilidade, conforto, desenvolvimento social e econômico, infraestrutura saudável, serviços públicos adequados e integração urbana.

Vinculação Com a Estrutura de Planejamento do Governo Estadual: Eixos Estratégicos e Programas Temáticos

Eixo: Infraestrutura e Mobilidade Urbana

Programa Temático 01: Preservação das Encostas de Rios e Igarapés

Programa Temático 01: Ampliação do Acesso à Moradia Digna

Descrição do Projeto

Tipo de Projeto (Modalidade): Obra

Situação do Projeto: Não iniciado

Público-Alvo: Diretamente, as cerca de 9.500 pessoas afetadas no pior sinistro de 2024. Indiretamente, as 8.500 unidades habitacionais atingidas, além dos equipamentos públicos e comércio.

Localização dos Beneficiários: Tarauacá-Acre

Descrição Geral:

A proposta aqui apresentada é composta por moradas unifamiliares geminadas térreas, em lotes com dimensões variando entre 175m² e 240m², as quais totalizam 70 unidades. Quanto à configuração edilícia, a proposta contempla a variação das fachadas, quanto a cores, detalhes arquitetônicos, cobertura ou volumetria das unidades habitacionais, enquanto forma de sugestionar a personalização e a constituição de diferentes identidades comunitárias nos diferentes recortes urbanos integrantes das 70 habitações.

Além disso, as casas serão entregues com áreas permeáveis frontais gramadas ou com tratamento paisagístico compatível com o clima da região, sendo ainda utilizados pavimentos duráveis, porosos e drenantes, de cores claras, com baixa absorção de calor e termicamente confortáveis em calçadas, caminhos, ambientes de circulação, jardins, ciclovias, áreas de permanência e caminhos verdes.

Considerando-se o incremento desejável às condições de integração das comunidades mais carentes com a economia formal do restante da sociedade, bem como a necessidade de meios de comunicação tradicionais, compatíveis com parte do perfil deste público, o projeto prevê a instalação de locais adequados para armazenamento de pacotes de maior volume (correspondências) nestas moradias.

O elevado índice pluviométrico permite a utilização de reuso de águas pluviais, razão pela qual o projeto inclui cisternas individualizadas, de acordo com norma da ABNT 15527, com dimensionamento compatível com o índice pluviométrico local, além de, ainda quanto à sustentabilidade, estar garantida a adequada avaliação do impacto ambiental das obras, por meio de ferramenta para cálculo de inventário da emissão de Carbono, com avaliação da emissão de Gases do Efeito Estufa, através da ferramenta Cecarbon.

Além disso, é fundamental a consideração de que a presente proposta se situa em Tarauacá, em localidade situada na parte alta da cidade, fora da mancha de inundação apresentada no ano de 2024.

Valor Estimado do Projeto

Valor Total: R\$ 14.000.000,00

GND 4 (Investimento): R\$ 14.000.000,00

Prazo Estimado para Execução

18 meses

Produtos/Itens do Projeto

Produto/Item	Unidade	Quantidade	Valor (R\$)
Reassentamento de moradias de áreas de risco às margens do Rio Tarauacá (R\$ 200.000,00 p/ UH)	Und	70	14.000.000,00
Total			14.000.000,00

Anexos

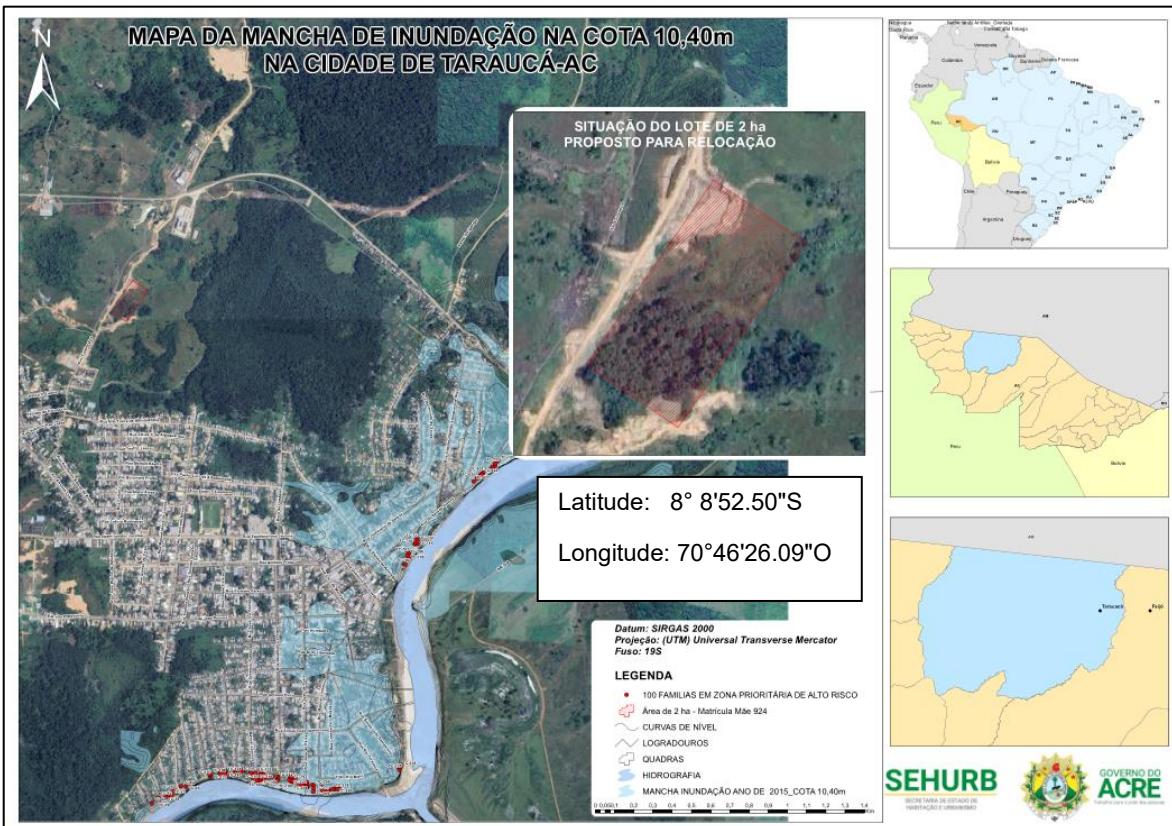


Figura 01 - Identificação de uma gleba com 2 hectares para construção de novo loteamento para acomodar com segurança das 100 famílias oriundas do Bairro da Praia, em Tarauacá, AC. Fonte: SEHURB, 2023.



Tarauacá tem mais de 2,7 mil pessoas afetadas pela cheia do rio — Foto: Voz de Ouro/Arquivo pessoal

Figura 02 – Matéria G1 AC mostrando os impactos da alagação do rio Tarauacá.

PROJETO 5

Título/Objeto
Construção de 50 Unidades Habitacionais em Feijó
Órgão Responsável pela Execução
Secretaria de Estado de Habitação e Urbanismo - SEHURB
Responsável pelas Informações
Nome: Egleuson Araújo Santiago Cargo: Secretário de Estado Tel.: (68) 9.9239-1661 E-mail: gabinete.sehurb@gmail.com
Objetivo
No sentido de combater as ocupações em áreas de risco e também as soluções inadequadas, compostas por reassentamento para áreas com menor habitabilidade, urbanisticamente precárias e com baixa diversidade funcional, esta proposta tem o objetivo geral de contribuir para a produção de uma urbe com moradias adequadas, mais urbanidade e maior resiliência aos efeitos das mudanças climáticas. O objetivo específico é apoiar o início da requalificação das margens do Rio Envira por meio do reassentamento de 50 casas, situadas, sob riscos, em suas encostas.
Situação-Problema
O tema dos riscos alcança atualmente uma escala particularmente alta de interesse em decorrência da pandemia que assolou o planeta a partir do ano de 2019, o Covid-19, bem como das manifestações técnicas e científicas acerca do grande potencial de danos a que estão sujeitas as áreas de favelas, palafitas, assentamentos precários e outros. Bonduki (2017) vincula as várias epidemias que atingiram o país durante a Primeira República, notadamente em São Paulo e no Rio de Janeiro, com as origens da atuação estatal brasileira na questão habitacional, que focava em controle sanitário das casas, publicação de leis e execução de obras sanitárias em geral, ou nos centros e baixadas. A multiplicidade de tipos de riscos existentes pressupõe condicionantes variadas e, na Região Norte, o período das chuvas conjuga as ameaças das epidemias com as das enchentes, eventos que potencializam contaminações por via hídrica em geral e por via aérea, como nos casos dos abrigos provisórios que concentram os desabrigados em pequenos boxes de lona. Além disso, estas áreas suscetíveis a enchentes recorrentes são também aquelas que enfrentam uma indisponibilidade quase plena de infraestrutura em geral, inclusive de sistemas sanitários, sendo regiões comumente consideradas foco de reassentamentos e inaptas para consolidação. Além dos múltiplos riscos, as cidades enfrentam desafios universais, como os relativos à mobilidade, integração social e sustentabilidade, mas também agravantes regionais, como a disparidade socioeconômica do Brasil, as incongruências de uma sociedade patrimonialista e excludente, além dos conflitos de parte dos atores citadinos com os princípios da urbanidade. As cidades brasileiras, apesar das idiossincrasias, também transparecem certos elementos recorrentes, como as irregularidades fundiárias, as deficiências dos serviços, a degradação dos espaços públicos e do meio ambiente, a exacerbada mercantilista de sua produção, com malhas pouco integradas, segregação socioespacial, fragmentação urbana, processos de gentrificação, especulação e os desafios para efetivar o exercício da função social da propriedade, conforme estabelece o Estatuto das Cidades, apenas para mencionar alguns exemplos.

A cidade de Feijó em 25 de fevereiro de 2024, segundo informações obtidas no Formulário de Informações de Desastre – FIDE, apresentou cerca de 1.700 pessoas afetadas pelas cheias do Rio Envira.

O evento de 2024 ocasionou prejuízos nos setores públicos na ordem de R\$ 72.000,00 e no setor privado, na ordem de R\$ 500.000,00, com cerca de 10% da população afetada com poluição ou contaminação de água e do solo (FIDE, MIDR, 2024).

Assim sendo, o agravamento paulatino das enchentes e das consequências afins fez com que o governo entendesse o desfazimento das áreas flageladas como algo inevitável.

As causas do agravamento das enchentes estão relacionadas à redução dos serviços ecossistêmicos, especialmente da regulação do regime hidrológico e assoreamento dos rios, agravado pelo desmatamento ainda incidente na região da sub-bacia do rio Acre.

Ao mesmo tempo, a demanda por espaço para habitação urbana tem aumentado substancialmente em Brasileia, levando à ocupação de espaços considerados de maior risco natural aos processos de cheias e enchentes dos rios da região.

Junto com o desmatamento, a cidade sente os efeitos das mudanças climáticas globais, que estão alterando o ciclo das chuvas na região, estendendo o período seco e concentrando as precipitações em períodos mais curtos e intensos.

Contexto e Justificativa

As obras de Construção de 50 Habitações de Interesse Social na Nova Cidade de Brasileia, propiciarão condições mais dignas de vida à população contemplada, integrante dos estratos de menores rendas de Brasiléia, garantindo também a funcionalidade dos amplos investimentos públicos feitos no local, em especial através de convênios e repasses federais, atendendo adicionalmente ao Plano Diretor da Cidade.

Além da situação de abrangência e população atingida durante as cheias do rio Envira, tem-se o déficit habitacional de 918 registrado pela Fundação João Pinheiro em 2019 (FJP,2021) já se apresenta como fator motivador para providências relacionadas a construção de unidades habitacionais pelo poder público.

Com a situação evidenciada nas manchas de inundação registradas em 2024, verifica-se a necessidade cada vez mais urgente em se realocar não apenas desabrigados e desalojados, mas se deslocar a cidade que atualmente existe numa cota amplamente afetada por enchentes, para uma cota e região localizada na parte alta da cidade.

Resultados Esperados

O reassentamento de ocupações ribeirinhas sujeitas a riscos graves ou ainda de famílias que se encontram na estatística de déficit habitacional incrementará as condições de resiliência da cidade de Feijó, na medida em que diminuirá o quantitativo de famílias atingidas recorrentemente pelas enchentes, movimentações de solos e processos correlatos, produzindo assentamentos com qualidades socioespaciais adequadas, que propiciem melhores condições de vida para esta população flagelada, com foco em segurança, saneamento, sustentabilidade, conforto, desenvolvimento social e econômico, infraestrutura saudável, serviços públicos adequados e integração urbana.

Vinculação Com a Estrutura de Planejamento do Governo Estadual: Eixos Estratégicos e Programas Temáticos

Eixo: Infraestrutura e Mobilidade Urbana

Programa Temático: Preservação das Encostas de Rios e Igarapés

Programa Temático: Ampliação do Acesso à Moradia Digna

Descrição do Projeto

Tipo de Projeto (Modalidade): Obra

Situação do Projeto: Não iniciado

Público-Alvo: Diretamente, as cerca de 1.700 pessoas afetadas no sinistro de 2024. Indiretamente, tem-se as unidades habitacionais atingidas, além dos equipamentos públicos e comércio.

Localização dos Beneficiários: Feijó-Acre

Descrição Geral:

A proposta aqui apresentada é composta por moradas unifamiliares geminadas térreas, em lotes com dimensões variando entre 175m² e 240m², as quais totalizam 50 unidades. Quanto à configuração edilícia, a proposta contempla a variação das fachadas, quanto a cores, detalhes arquitetônicos, cobertura ou volumetria das unidades habitacionais, enquanto forma de sugerir personalização e a constituição de diferentes identidades comunitárias nos diferentes recortes urbanos integrantes das 50 habitações.

Além disso, as casas serão entregues com áreas permeáveis frontais gramadas ou com tratamento paisagístico compatível com o clima da região, sendo ainda utilizados pavimentos duráveis, porosos e drenantes, de cores claras, com baixa absorção de calor e termicamente confortáveis em calçadas, caminhos, ambientes de circulação, jardins, ciclovias, áreas de permanência e caminhos verdes.

Considerando-se o incremento desejável às condições de integração das comunidades mais carentes com a economia formal do restante da sociedade, bem como a necessidade de meios de comunicação tradicionais, compatíveis com parte do perfil deste público, o projeto prevê a instalação de locais adequados para armazenamento de pacotes de maior volume (correspondências) nestas moradias.

O elevado índice pluviométrico permite a utilização de reuso de águas pluviais, razão pela qual o projeto inclui cisternas individualizadas, de acordo com norma da ABNT 15527, com dimensionamento compatível com o índice pluviométrico local, além de, ainda quanto à sustentabilidade, estar garantida a adequada avaliação do impacto ambiental das obras, por meio de ferramenta para cálculo de inventário da emissão de Carbono, com avaliação da emissão de Gases do Efeito Estufa, através da ferramenta Cecarbon.

Além disso, é fundamental a consideração de que a presente proposta se situa em Feijó, em localidade situada na parte alta da cidade, fora da mancha de inundação apresentada no ano de 2024.

Valor Estimado do Projeto

Valor Total: R\$ 10.000.000,00

GND 4 (Investimento): R\$ 10.000.000,00

Prazo Estimado para Execução

18 meses

Produtos/Itens do Projeto

Produto/Item	Unidade	Quantidade	Valor (R\$)
Reassentamento de moradias de áreas de risco às margens do Envira na Parte Alta da Cidade (R\$ 200.000,00 p/ UH)	Und	50	10.000.000,00
Total			10.000.000,00

Anexos

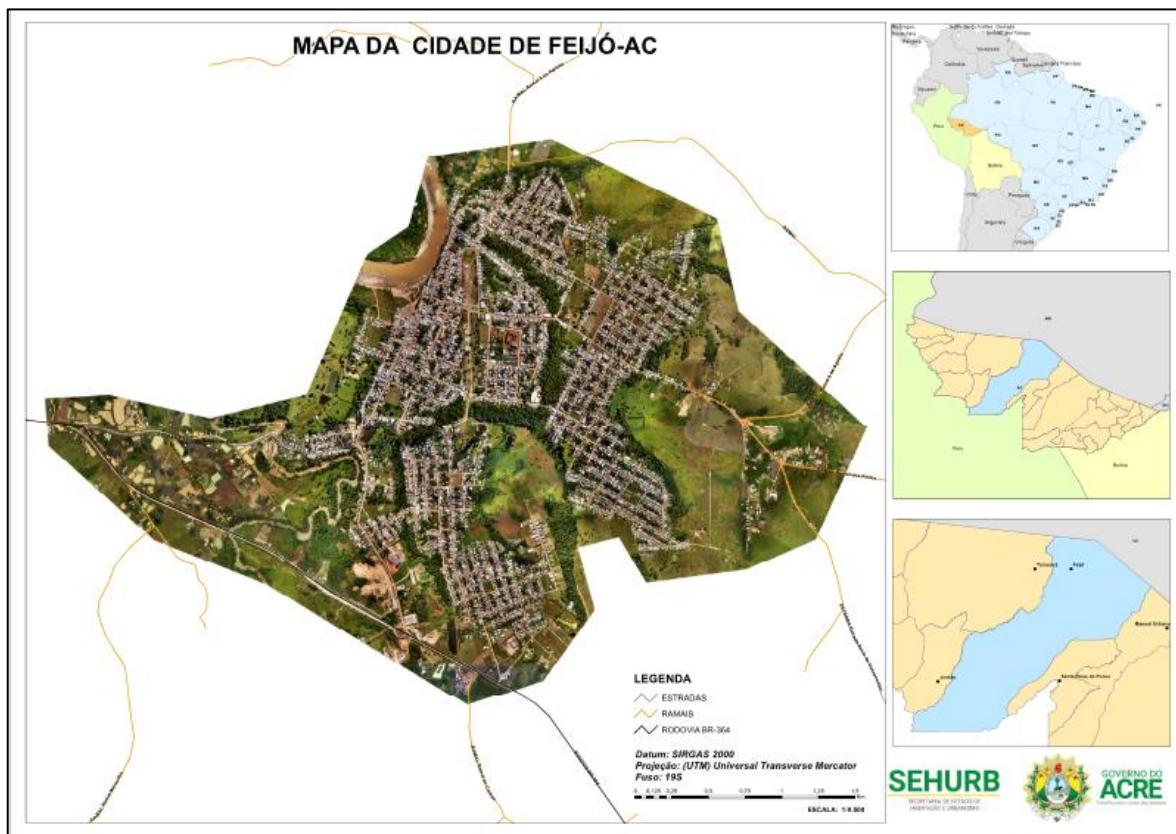


Figura 01 – Mapa de localização da cidade de Feijó.

PROJETO 6

Título/Objeto
Aquisição de Áreas destinadas à Construção de Unidades Habitacionais de Interesse Social no Estado do Acre.
Órgão Responsável pela Execução
Secretaria de Estado de Habitação e Urbanismo - SEHURB
Responsável pelas Informações
Nome: Egleuson Araújo Santiago Cargo: Secretário de Estado Tel.: (68) 9.9239-1661 E-mail: gabinete.sehurb@gmail.com
Objetivo
No sentido de combater as ocupações em áreas de risco e também as soluções inadequadas, compostas por reassentamento para áreas com menor habitabilidade, urbanisticamente precárias e com baixa diversidade funcional, esta proposta tem o objetivo geral de contribuir para a produção de uma urbe com moradias adequadas, mais urbanidade e maior resiliência aos efeitos das mudanças climáticas. O objetivo específico é apoiar o início da requalificação das margens de rios e igarapés no Estado do Acre, por meio de aquisição de áreas destinadas à construção de Unidades Habitacionais de Interesse Social.
Situação-Problema
O tema dos riscos alcança atualmente uma escala particularmente alta de interesse em decorrência da pandemia que assolou o planeta a partir do ano de 2019, o Covid-19, bem como das manifestações técnicas e científicas acerca do grande potencial de danos a que estão sujeitas as áreas de favelas, palafitas, assentamentos precários e outros. Bonduki (2017) vincula as várias epidemias que atingiram o país durante a Primeira República, notadamente em São Paulo e no Rio de Janeiro, com as origens da atuação estatal brasileira na questão habitacional, que focava em controle sanitário das casas, publicação de leis e execução de obras sanitárias em geral, ou nos centros e baixadas. A multiplicidade de tipos de riscos existentes pressupõe condicionantes variadas e, na Região Norte, o período das chuvas conjuga as ameaças das epidemias com as das enchentes, eventos que potencializam contaminações por via hídrica em geral e por via aérea, como nos casos dos abrigos provisórios que concentram os desabrigados em pequenos boxes de lona. Além disso, estas áreas suscetíveis a enchentes recorrentes são também aquelas que enfrentam uma indisponibilidade quase plena de infraestrutura em geral, inclusive de sistemas sanitários, sendo regiões comumente consideradas foco de reassentamentos e inaptas para consolidação. Além dos múltiplos riscos, as cidades enfrentam desafios universais, como os relativos à mobilidade, integração social e sustentabilidade, mas também agravantes regionais, como a disparidade socioeconômica do Brasil, as incongruências de uma sociedade patrimonialista e excludente, além dos conflitos de parte dos atores citadinos com os princípios da urbanidade. As cidades brasileiras, apesar das idiossincrasias, também transparecem certos elementos recorrentes, como as irregularidades fundiárias, as deficiências dos serviços, a degradação dos espaços públicos e do meio ambiente, a exacerbada mercantilista de sua produção, com malhas pouco integradas, segregação socioespacial, fragmentação urbana, processos de gentrificação, especulação e os desafios para efetivar o exercício da função social da propriedade, conforme estabelece o Estatuto das Cidades, apenas para mencionar alguns exemplos.

O Estado do Acre em toda sua extensão tem sofrido às consequências de enchentes e inundações, principalmente nos últimos cinco anos, e considerando ainda as cheias ocorridas em 2015, que afetaram sobremaneira todo o Estado do Acre.

Ademais, segundo a Fundação João Pinheiro, em 2019 o déficit habitacional do Estado estaria em 23.285 unidades habitacionais, com projeção calculada pela antiga Secretaria de Desenvolvimento Urbano - SEDUR para 26.559 em 2022.

No mais, uma das maiores dificuldades encontradas para a construção e disponibilização de unidades habitacionais de interesse social é a disponibilidade de áreas do poder público propícias e aptas receberem toda a população atingida por enchentes e/ou enquadradadas no déficit habitacional.

Nesse sentido, a disponibilidade de áreas destinadas a este fim é de fundamental importância para a implementação de políticas habitacionais necessárias a serem realizadas pelo Poder Público Estadual.

Contexto e Justificativa

A aquisição de áreas destinadas à futuras obras de construção de Habitações de Interesse Social, propiciará condições mais dignas de vida à população contemplada, integrante dos estratos de menores rendas de Brasiléia, garantindo também a funcionalidade dos amplos investimentos públicos feitos no local, em especial através de convênios e repasses federais, atendendo adicionalmente ao Plano Diretor de cada Cidade.

Com a situação evidenciada nas manchas de inundação registradas em 2015, 2023 e 2024, em todos os municípios acreanos, verifica-se a necessidade cada vez mais urgente em se realocar não apenas desabrigados e desalojados, mas em alguns casos, praticamente de se deslocar cidades inteiras localizadas em áreas extremamente castigadas pelas enchentes de rios e igarapés em todos os municípios acreanos.

Panorama da Enchente de 2023:

Pessoas afetadas:

75 mil Pessoas

Famílias Desabrigadas:

1000 Famílias

Famílias Desalojadas:

3.488 Famílias

Moradias Inabitáveis:

550 Moradias

Impacto nas Áreas Pobres e Nobres

DÉFICIT HABITACIONAL DO ESTADO DO ACRE

*Municípios	Déficit FJP	Projeção Sedur	Projeção Sedur	Projeção Sedur	Projeção Sedur				
	**Déficit 2015	**Déficit 2016	**Déficit 2017	**Déficit 2018	**Déficit 2019	*Déficit 2020	*Déficit 2021	*Déficit 2021	*Déficit 2022
	27.238	23.738	25.490	22.956	23.285	23.639	23.998	25.246	26.559
Acrelândia	470	410	441	397	403	409	415	437	459
Assis Brasil	228	199	215	193	196	199	202	212	223
Brasiléia	808	707	761	683	694	704	715	752	791
Bujari	317	276	297	267	271	275	279	294	309
Capixaba	356	314	342	303	310	314	319	336	353
Cruzeiro do Sul	2.763	2.386	2.539	2.315	2.333	2.369	2.405	2.530	2.661
Epitaciolândia	567	495	533	479	486	493	501	527	554
Feijó	1.098	941	994	916	918	932	946	996	1.047
Jordão	255	223	241	215	220	223	226	238	250
Mâncio Lima	582	510	550	492	501	509	516	543	571
Manoel Urbano	293	255	273	247	250	254	257	271	285
Mal Thaumaturgo	573	506	550	487	498	506	513	540	568
Plácido de Castro	616	533	569	517	522	530	538	566	595
Porto Acre	568	497	536	480	489	496	504	530	557
Porto Walter	365	321	349	310	316	321	326	343	361
Rio Branco	12.561	10.960	11.781	10.594	10.754	10.918	11.084	11.660	12.266
Rodrigues Alves	575	508	551	489	500	507	515	542	570
Santa Rosa do Purus	197	175	191	168	173	175	178	187	197
Sena Madureira	1.415	1.234	1.325	1.193	608	617	627	659	693
Senador Guiomard	718	621	662	602	1.210	1.229	1.248	1.312	1.381
Tarauacá	1.316	1.146	1.230	1.109	1.124	1.141	1.158	1.219	1.282
Xapuri	597	520	558	503	510	518	526	553	582
TOTAL GERAL	27.238	23.738	25.490	22.956	23.285	23.639	23.998	25.246	26.559

**Déficit Habitacional 2019 - Fundação João Pinheiro.

* Estimativa de déficit por município obtido proporcionalmente à população geral do Estado
Déficit habitacional no Brasil – 2016-2019 / Fundação João Pinheiro. – Belo Horizonte: FJP, 2021

Imagem 1: Tabela de Déficit Habitacional por Município | Fonte: SEDUR

Resultados Esperados

A aquisição de áreas para o reassentamento de ocupações ribeirinhas sujeitas a riscos graves ou ainda de famílias que se encontram na estatística de déficit habitacional incrementará as condições de resiliência das cidades do Acre, na medida em que diminuirá o quantitativo de famílias atingidas recorrentemente pelas enchentes, movimentações de solos e processos correlatos, produzindo assentamentos com qualidades socioespaciais adequadas, que propiciem melhores condições de vida para esta população flagelada, com foco em segurança, saneamento, sustentabilidade, conforto, desenvolvimento social e econômico, infraestrutura saudável, serviços públicos adequados e integração urbana.

Vinculação Com a Estrutura de Planejamento do Governo Estadual: Eixos Estratégicos e Programas Temáticos

Eixo: Infraestrutura e Mobilidade Urbana

Programa Temático: Preservação das Encostas de Rios e Igarapés

Programa Temático: Ampliação do Acesso à Moradia Digna

Descrição do Projeto

Tipo de Projeto (Modalidade): Aquisição de Imóveis

Situação do Projeto: Não iniciado

Público-Alvo: Diretamente, as pessoas afetadas nas enchentes de 2015, 2023 e 2024.

Localização dos Beneficiários: Estado do Acre

Descrição Geral:

Aquisição de Áreas Destinadas à Construção de Unidades Habitacionais de Interesse Social objetivando a diminuição do Déficit Habitacional do Estado do Acre.

Valor Estimado do Projeto

Valor Total: R\$ 68.375.000,00

GND 4 (Investimento): R\$ 68.375.000,00

Prazo Estimado para Execução			
24 meses			
Produtos/Itens do Projeto			
Produto/Item	Unidade	Quantidade	Valor (R\$)
Aquisição de Áreas Destinadas à Construção de Unidades Habitacionais de Interesse Social objetivando a diminuição do Déficit Habitacional do Estado do Acre	Und	01	68.375.000,00
Total			68.375.000,00

PROJETO 7

Título/Objeto
Infraestrutura para Áreas Adquiridas com a finalidade de Construção de Unidades Habitacionais de Interesse Social no Estado do Acre.
Órgão Responsável pela Execução
Secretaria de Estado de Habitação e Urbanismo - SEHURB
Responsável pelas Informações
Nome: Egleuson Araújo Santiago Cargo: Secretário de Estado Tel.: (68) 9.9239-1661 E-mail: gabinete.sehurb@gmail.com
Objetivo
No sentido de combater as ocupações em áreas de risco e também as soluções inadequadas, compostas por reassentamento para áreas com menor habitabilidade, urbanisticamente precárias e com baixa diversidade funcional, esta proposta tem o objetivo geral de contribuir para a produção de uma urbe com moradias adequadas, mais urbanidade e maior resiliência aos efeitos das mudanças climáticas. O objetivo específico é apoiar o início da requalificação das margens de rios e igarapés no Estado do Acre, por meio da execução de Infraestrutura para Novas Áreas Adquiridas e destinadas à construção de Unidades Habitacionais de Interesse Social.
Situação-Problema
O tema dos riscos alcança atualmente uma escala particularmente alta de interesse em decorrência da pandemia que assolou o planeta a partir do ano de 2019, o Covid-19, bem como das manifestações técnicas e científicas acerca do grande potencial de danos a que estão sujeitas as áreas de favelas, palafitas, assentamentos precários e outros. Bonduki (2017) vincula as várias epidemias que atingiram o país durante a Primeira República, notadamente em São Paulo e no Rio de Janeiro, com as origens da atuação estatal brasileira na questão habitacional, que focava em controle sanitário das casas, publicação de leis e execução de obras sanitárias em geral, ou nos centros e baixadas. A multiplicidade de tipos de riscos existentes pressupõe condicionantes variadas e, na Região Norte, o período das chuvas conjuga as ameaças das epidemias com as das enchentes, eventos que potencializam contaminações por via hídrica em geral e por via aérea, como nos casos dos abrigos provisórios que concentram os desabrigados em pequenos boxes de lona. Além disso, estas áreas suscetíveis a enchentes recorrentes são também aquelas que enfrentam uma indisponibilidade quase plena de infraestrutura em geral, inclusive de sistemas sanitários, sendo regiões comumente consideradas foco de reassentamentos e inaptas para consolidação. Além dos múltiplos riscos, as cidades enfrentam desafios universais, como os relativos à mobilidade, integração social e sustentabilidade, mas também agravantes regionais, como a disparidade socioeconômica do Brasil, as incongruências de uma sociedade patrimonialista e excludente, além dos conflitos de parte dos atores citadinos com os princípios da urbanidade. As cidades brasileiras, apesar das idiossincrasias, também transparecem certos elementos recorrentes, como as irregularidades fundiárias, as deficiências dos serviços, a degradação dos espaços públicos e do meio ambiente, a exacerbada mercantilista de sua produção, com malhas pouco integradas, segregação socioespacial, fragmentação urbana, processos de gentrificação, especulação e os desafios para efetivar o exercício da função social da propriedade, conforme estabelece o Estatuto das Cidades, apenas para mencionar alguns exemplos.

O Estado do Acre em toda sua extensão tem sofrido às consequências de enchentes e inundações, principalmente nos últimos cinco anos, e considerando ainda as cheias ocorridas em 2015, que afetaram sobremaneira todo o Estado do Acre.

Ademais, segundo a Fundação João Pinheiro, em 2019 o déficit habitacional do Estado estaria em 23.285 unidades habitacionais, com projeção calculada pela antiga Secretaria de Desenvolvimento Urbano - SEDUR para 26.559 em 2022.

No mais, uma das maiores dificuldades encontradas para a construção e disponibilização de unidades habitacionais de interesse social é a disponibilidade de áreas do poder público propícias e aptas receberem toda a população atingida por enchentes e/ou enquadradadas no déficit habitacional.

Nesse sentido, não apenas a disponibilidade de áreas destinadas a este fim é de fundamental importância, como a execução de toda a infraestrutura necessária para receber futuras unidades habitacionais, o que possibilitaria a implementação de políticas habitacionais necessárias a serem realizadas pelo Poder Público Estadual.

Contexto e Justificativa

A execução de infraestrutura em novas áreas adquiridas pelo Estado e destinadas à futuras obras de construção de Habitações de Interesse Social, propiciarão condições mais dignas de vida à população contemplada, integrante dos estratos de menores rendas de Brasiléia, garantindo também a funcionalidade dos amplos investimentos públicos feitos no local, em especial através de convênios e repasses federais, atendendo adicionalmente ao Plano Diretor de cada Cidade.

Com a situação evidenciada nas manchas de inundação registradas em 2015, 2023 e 2024, em todos os municípios acreanos, verifica-se a necessidade cada vez mais urgente em se realocar não apenas desabrigados e desalojados, mas em alguns casos, praticamente de se deslocar cidades inteiras localizadas em áreas extremamente castigadas pelas enchentes de rios e igarapés em todos os municípios acreanos.

Panorama da Enchente de 2023:

Pessoas afetadas:

75 mil Pessoas

Famílias Desabrigadas:

1000 Famílias

Famílias Desalojadas:

3.488 Famílias

Moradias Inabitáveis:

550 Moradias

Impacto nas Áreas Pobres e Nobres

DÉFICIT HABITACIONAL DO ESTADO DO ACRE

*Municípios	Déficit FJP	Projeção Sedur	Projeção Sedur	Projeção Sedur	Projeção Sedur				
	**Déficit 2015	**Déficit 2016	**Déficit 2017	**Déficit 2018	**Déficit 2019	*Déficit 2020	*Déficit 2021	*Déficit 2021	*Déficit 2022
	27.238	23.738	25.490	22.956	23.285	23.639	23.998	25.246	26.559
Acrelândia	470	410	441	397	403	409	415	437	459
Assis Brasil	228	199	215	193	196	199	202	212	223
Brasiléia	808	707	761	683	694	704	715	752	791
Bujari	317	276	297	267	271	275	279	294	309
Capixaba	356	314	342	303	310	314	319	336	353
Cruzeiro do Sul	2.763	2.386	2.539	2.315	2.333	2.369	2.405	2.530	2.661
Epitaciolândia	567	495	533	479	486	493	501	527	554
Feijó	1.098	941	994	916	918	932	946	996	1.047
Jordão	255	223	241	215	220	223	226	238	250
Mâncio Lima	582	510	550	492	501	509	516	543	571
Manoel Urbano	293	255	273	247	250	254	257	271	285
Mal Thaumaturgo	573	506	550	487	498	506	513	540	568
Plácido de Castro	616	533	569	517	522	530	538	566	595
Porto Acre	568	497	536	480	489	496	504	530	557
Porto Walter	365	321	349	310	316	321	326	343	361
Rio Branco	12.561	10.960	11.781	10.594	10.754	10.918	11.084	11.660	12.266
Rodrigues Alves	575	508	551	489	500	507	515	542	570
Santa Rosa do Purus	197	175	191	168	173	175	178	187	197
Sena Madureira	1.415	1.234	1.325	1.193	608	617	627	659	693
Senador Guiomard	718	621	662	602	1.210	1.229	1.248	1.312	1.381
Tarauacá	1.316	1.146	1.230	1.109	1.124	1.141	1.158	1.219	1.282
Xapuri	597	520	558	503	510	518	526	553	582
TOTAL GERAL	27.238	23.738	25.490	22.956	23.285	23.639	23.998	25.246	26.559

**Déficit Habitacional 2019 - Fundação João Pinheiro.

* Estimativa de déficit por município obtido proporcionalmente à população geral do Estado
Déficit habitacional no Brasil – 2016-2019 / Fundação João Pinheiro. – Belo Horizonte: FJP, 2021

Imagem 1: Tabela de Déficit Habitacional por Município | Fonte: SEDUR

Resultados Esperados

A execução de infraestrutura adequada em áreas que serão utilizadas com a finalidade de reassentamento de ocupações ribeirinhas sujeitas a riscos graves ou ainda de famílias que se encontram na estatística de déficit habitacional incrementará as condições de resiliência das cidades do Acre, na medida em que diminuirá o quantitativo de famílias atingidas recorrentemente pelas enchentes, movimentações de solos e processos correlatos, produzindo assentamentos com qualidades socioespaciais adequadas, que propiciem melhores condições de vida para esta população flagelada, com foco em segurança, saneamento, sustentabilidade, conforto, desenvolvimento social e econômico, infraestrutura saudável, serviços públicos adequados e integração urbana.

Vinculação Com a Estrutura de Planejamento do Governo Estadual: Eixos Estratégicos e Programas Temáticos

Eixo: Infraestrutura e Mobilidade Urbana

Programa Temático: Ampliação do Acesso à Moradia Digna

Descrição do Projeto

Tipo de Projeto (Modalidade): Obra

Situação do Projeto: Não iniciado

Público-Alvo: Diretamente, as pessoas afetadas nas enchentes de 2015, 2023 e 2024.

Localização dos Beneficiários: Estado do Acre

Descrição Geral:

Execução de Infraestrutura em Novas Áreas Adquiridas e Destinadas à Construção de Unidades Habitacionais de Interesse Social objetivando a diminuição do Déficit Habitacional do Estado do Acre.

Valor Estimado do Projeto**Valor Total:** R\$ 116.057.000,00**GND 4 (Investimento):** R\$ 116.057.000,00**Prazo Estimado para Execução**

24 meses

Produtos/Itens do Projeto

Produto/Item	Unidade	Quantidade	Valor (R\$)
Execução de Infraestrutura em Novas Áreas Adquiridas e Destinadas à Construção de Unidades Habitacionais de Interesse Social objetivando a diminuição do Déficit Habitacional do Estado do Acre.	Und	01	116.057.000,00
Total			116.057.000,00

PROJETO 8

Título/Objeto
Subsídio para financiamento de 250 unidades habitacionais destinadas a famílias com renda faixa 2, no Estado do Acre.
Órgão Responsável pela Execução
Secretaria de Estado de Habitação e Urbanismo - SEHURB
Responsável pelas Informações
Nome: Egleuson Araújo Santiago Cargo: Secretário de Estado Tel.: (68) 9.9239-1661 E-mail: gabinete.sehurb@gmail.com
Objetivo
Destinar subsídio financeiro aos beneficiários finais do Programa do Governo Federal Minha Casa, Minha Vida com o objetivo de aquisição de 250 unidades habitacionais conforme previsão da Lei Federal nº 11.977/2009.
Situação-Problema
O Estado do Acre possui um déficit habitacional de 24 mil casas, concentrando o índice de 11 mil na Capital Rio Branco, estando a população na faixa 2 de renda, com maior comprometimento da qualidade de vida. Além da falta de oferta de moradia, para atingir maior desenvolvimento, o Estado busca vencer os desafios do planejamento urbano, visando a melhoria dos loteamentos urbanos de interesse social e atendimento dos quesitos básicos de infraestrutura, contemplando as redes que garantam qualidade de vida das famílias: pavimentação, drenagem, abastecimento de água, tratamento de esgoto, redes de informação. Falta um mecanismo de incentivo à produção de iniciativas habitacionais com foco em empreendimento de interesse social urbano, atingindo as famílias que não possuem moradia própria. Há necessidade de incentivar a construção civil local e ofertar empreendimentos residenciais para a população que possui renda fixa e condições de custear parcelas de financiamento habitacional, porém não tem recursos suficientes para sanar a parcela de entrada obrigatória nestas opções de crédito bancário. Atualmente, a população classificada na faixa 2 não pode ser enquadrada nos programas sociais de habitação que contemplam os custos integrais dos imóveis.
Contexto e Justificativa
Contribuir para o desenvolvimento econômico do Estado através da ocupação urbana planejada relacionadas as políticas públicas de habitação de interesse urbano social, para compatibilizar as necessidades da população de renda faixa 2, de residir em moradias situadas em espaços públicos de qualidade, que asseguram as funções sociais, econômicas e ambientais. Aumentar a oferta de unidades habitacionais, incentivar a construção civil na região e possibilidade de moradia a população que possui estabilidade de renda financeira e condições de arcar com prestações mensais de financiamento, mas que, no entanto, não consegue acumular recursos para investir no valor de entrada da operação bancária. A proposta, objetiva beneficiar a população enquadrada na faixa 2 de renda (entre R\$ 31.680,01 à R\$ 52.800,00) com a casa própria em infraestrutura urbana adequada, conforme previsão da Lei Federal nº 11.977/2009, que dispõe sobre despesas com pagamento de auxílio financeiro aos beneficiários finais do Programa do Governo Federal Minha Casa, Minha Vida com o objetivo de aquisição de unidades habitacionais.

Resultados Esperados

Reducir o déficit habitacional de moradia digna, garantindo a ocupação urbana planejada, reduzir a desigualdade social no Acre, com o efetivo cumprimento de políticas públicas que contemplem infraestrutura de pavimentação, terraplanagem, drenagem, rede de água, rede e tratamento de esgoto, iluminação pública, calçadas, sinalização e acessibilidade.

Vinculação Com a Estrutura de Planejamento do Governo Estadual: Eixos Estratégicos e Programas Temáticos

Eixo: Infraestrutura e Mobilidade Urbana

Programa Temático: Ampliação do Acesso à Moradia Digna

Descrição do Projeto

Tipo de Projeto (Modalidade): Obra

Situação do Projeto: Não iniciado

Público-Alvo: 250 Famílias de Renda Faixa 2.

Localização dos Beneficiários: Rio Branco-Acre

Descrição Geral:

Destinar subsídio financeiro aos beneficiários finais do Programa do Governo Federal Minha Casa, Minha Vida com o objetivo de aquisição de 250 unidades habitacionais conforme previsão da Lei Federal nº 11.977/2009.

Valor Estimado do Projeto

Valor Total: R\$ 10.000.000,00

GND 4 (Investimento): R\$ 10.000.000,00

Prazo Estimado para Execução

24 meses

Produtos/Itens do Projeto

Produto/Item	Unidade	Quantidade	Valor (R\$)
Subsídio para financiamento habitacional (R\$ 50.000,00/UH)	Und	250	10.000.000,00
Total			10.000.000,00

PROJETO 9

Título/Objeto
<i>Master Plan de Uso e Ocupação do Município de Brasileia incluindo as áreas destinadas à Nova Cidade - 1ª Etapa</i>
Órgão Responsável pela Execução
Secretaria de Estado de Habitação e Urbanismo - SEHURB
Responsável pelas Informações
Nome: Egleuson Araújo Santiago Cargo: Secretário de Estado Tel.: (68) 9.9239-1661 E-mail: gabinete.sehurb@gmail.com
Objetivo
No sentido de combater as ocupações em áreas de risco e também as soluções inadequadas, compostas por reassentamento para áreas com menor habitabilidade, urbanisticamente precárias e com baixa diversidade funcional, esta proposta tem o objetivo geral de contribuir para a produção de uma urbe com moradias adequadas, mais urbanidade e maior resiliência aos efeitos das mudanças climáticas. O objetivo específico é apoiar o início, 1ª Etapa de estudos preliminares e necessários para o planejamento a médio e longo prazo da Nova Cidade de Brasiléia, haja vista, que a cidade atualmente, quando do período de alagações, tem sofrido drasticamente, com quase a totalidade de residências, comércios e prédios públicos atingidos pelas cheias.
Situação-Problema
O tema dos riscos alcança atualmente uma escala particularmente alta de interesse em decorrência da pandemia que assolou o planeta a partir do ano de 2019, o Covid-19, bem como das manifestações técnicas e científicas acerca do grande potencial de danos a que estão sujeitas as áreas de favelas, palafitas, assentamentos precários e outros. Bonduki (2017) vincula as várias epidemias que atingiram o país durante a Primeira República, notadamente em São Paulo e no Rio de Janeiro, com as origens da atuação estatal brasileira na questão habitacional, que focava em controle sanitário das casas, publicação de leis e execução de obras sanitárias em geral, ou nos centros e baixadas. A multiplicidade de tipos de riscos existentes pressupõe condicionantes variadas e, na Região Norte, o período das chuvas conjuga as ameaças das epidemias com as das enchentes, eventos que potencializam contaminações por via hídrica em geral e por via aérea, como nos casos dos abrigos provisórios que concentram os desabrigados em pequenos boxes de lona. Além disso, estas áreas suscetíveis a enchentes recorrentes são também aquelas que enfrentam uma indisponibilidade quase plena de infraestrutura em geral, inclusive de sistemas sanitários, sendo regiões comumente consideradas foco de reassentamentos e inaptas para consolidação. Além dos múltiplos riscos, as cidades enfrentam desafios universais, como os relativos à mobilidade, integração social e sustentabilidade, mas também agravantes regionais, como a disparidade socioeconômica do Brasil, as incongruências de uma sociedade patrimonialista e excludente, além dos conflitos de parte dos atores citadinos com os princípios da urbanidade. As cidades brasileiras, apesar das idiossincrasias, também transparecem certos elementos recorrentes, como as irregularidades fundiárias, as deficiências dos serviços, a degradação dos espaços públicos e do meio ambiente, a exacerbada mercantilista de sua produção, com malhas pouco integradas, segregação socioespacial, fragmentação urbana, processos de gentrificação, especulação e os desafios para

efetivar o exercício da função social da propriedade, conforme estabelece o Estatuto das Cidades, apenas para mencionar alguns exemplos.

A cidade de Brasiléia está inserida neste desafio com recorrência de enchentes, tendo atingido em 2015 a cota de 15,55 m e em fevereiro de 2024 a cota de 14,00 m, 2,60 m acima da cota de transbordamento de 11,40 m (FIDE, MIDR, 2024), e, segundo jornais locais no dia 28 de fevereiro de 2024, atingido a cota de 15,56 m, a maior de toda a história, atingindo cerca de 80% da cidade.

O evento de 2024 ocasionou 5 milhões de reais em danos materiais ao setor privado e cerca de 8 milhões de reais de danos no setor público, com mais de 20% da população atingida com poluição ou contaminação de água, poluição ou contaminação do solo e diminuição ou exaurimento hídrico (FIDE, MIDR, 2024).

Ademais, provocou 900 desabrigados, 7.900 desalojados, além de ter atingido 22.300.000,00 unidades habitacionais, além de milhares de instalações públicas e obras de infraestrutura pública (FIDE, MIDR, 2024).

Assim sendo, o agravamento paulatino das enchentes e das consequências afins fez com que o governo entendesse o desfazimento das áreas flageladas como algo inevitável.

As causas do agravamento das enchentes estão relacionadas à redução dos serviços ecossistêmicos, especialmente da regulação do regime hidrológico e assoreamento dos rios, agravado pelo desmatamento ainda incidente na região da sub-bacia do rio Acre.

Ao mesmo tempo, a demanda por espaço para habitação urbana tem aumentado substancialmente em Brasiléia, levando à ocupação de espaços considerados de maior risco natural aos processos de cheias e enchentes dos rios da região.

Junto com o desmatamento, a cidade sente os efeitos das mudanças climáticas globais, que estão alterando o ciclo das chuvas na região, estendendo o período seco e concentrando as precipitações em períodos mais curtos e intensos.

Contexto e Justificativa

Estudos iniciais com a elaboração de um *Master Plan* para a Cidade de Brasiléia, propiciará condições mais dignas de vida à população contemplada, integrante dos estratos de menores rendas de Brasiléia, garantindo também a funcionalidade dos amplos investimentos públicos feitos no local, em especial através de convênios e repasses federais, atendendo adicionalmente ao Plano Diretor da Cidade.

Em estudos recentes realizados na Bacia do Rio Acre, especificamente na cidade de Brasiléia, observa-se a ocupação intensiva da planície de inundação, com dificuldades de se encontrar soluções técnicas de mitigação durante os períodos de enchentes, direcionando a necessidade de realocação de população atingida, neste caso, de cerca de 13.000 pessoas (FIDE, MIDR, 2024).

Além da situação de abrangência e população atingida durante as cheias do rio Acre tem-se o déficit habitacional de 694 registrado pela Fundação João Pinheiro em 2019 (FJP, 2021) já se apresenta como fator motivador para providências relacionadas a construção de unidades habitacionais pelo poder público.

Com a situação evidenciada nas manchas de inundação registradas em 2015 e em 2024, verifica-se a necessidade cada vez mais urgente em se realocar não apenas desabrigados e desalojados, mas se deslocar a cidade que atualmente existe numa cota amplamente afetada por enchentes, para uma cota e região localizada na parte alta da cidade.

Resultados Esperados

O reassentamento de ocupações ribeirinhas sujeitas a riscos graves ou ainda de famílias que se encontram na estatística de déficit habitacional incrementará as condições de resiliência da cidade de Brasiléia, na medida em que diminuirá o quantitativo de famílias atingidas recorrentemente pelas enchentes, movimentações de solos e processos correlatos, produzindo assentamentos com qualidades socioespaciais adequadas, que propiciem melhores condições de vida para esta

população flagelada, com foco em segurança, saneamento, sustentabilidade, conforto, desenvolvimento social e econômico, infraestrutura saudável, serviços públicos adequados e integração urbana.

Vinculação Com a Estrutura de Planejamento do Governo Estadual: Eixos Estratégicos e Programas Temáticos

Eixo: Infraestrutura e Mobilidade Urbana

Programa Temático: Estudos, Avaliações e Elaboração de Projetos

Descrição do Projeto

Tipo de Projeto (Modalidade): Serviço

Situação do Projeto: Não iniciado

Público-Alvo: Diretamente e Indiretamente toda a população de Brasiléia, que atualmente, possui aproximadamente 27.000 habitantes.

Localização dos Beneficiários: Brasiléia-AC

Valor Estimado do Projeto

Valor Total: R\$ 1.500.000,00

GND 3 (Custeio): R\$ 1.500.000,00

Prazo Estimado para Execução

12 meses

Produtos/Itens do Projeto

Produto/Item	Unidade	Quantidade	Valor (R\$)
Master Plan de Uso e Ocupação do Município de Brasiléia incluindo as áreas destinadas à Nova Cidade	Und	01	1.500.000,00
Total			1.500.000,00

PROJETO 10

Título/Objeto
Recuperação da Bacia hidrográfica do Igarapé São Francisco - Etapa 1: Dragagem e Desassoreamento de Pontos Críticos na Extensão Urbana.
Órgão Responsável pela Execução
Serviço de Água e Esgoto do Estado do Acre - SANEACRE
Responsável pelas Informações
Nome: José Raimundo Barroso Bestene Cargo: Diretor-Presidente Tel.: (68) 3223-1579 E-mail: saneacre.gabinete@gmail.com
Objetivo
O objetivo específico é a retenção de águas fluviais durante episódios de precipitação intensa e aumento do nível dos rios e igarapés, permitindo que essa água flua diretamente para os sistemas de drenagem fluvial, as bacias retêm o excesso de água, reduzindo a carga nos canais e evitando enchentes, e servem como sistemas de armazenamento para posterior tratamento e distribuição na rede pública de abastecimento de água para as residências.
Situação-Problema
A multiplicidade de tipos de riscos existentes pressupõe condicionantes variadas e, na Região Norte, o período das chuvas conjuga as ameaças das epidemias com as das enchentes, eventos que potencializam contaminações por via hídrica em geral e por via aérea, como nos casos dos abrigos provisórios que concentram os desabrigados em pequenos boxes de lona. Além disso, estas áreas suscetíveis a enchentes recorrentes são também aquelas que enfrentam uma indisponibilidade quase plena de infraestrutura em geral, inclusive de sistemas sanitários, sendo regiões comumente consideradas foco de reassentamentos e inaptas para consolidação. As causas do agravamento das enchentes estão relacionadas à redução dos serviços ecossistêmicos, especialmente da regulação do regime hidrológico e assoreamento dos rios, agravado pelo desmatamento ainda incidente na região da sub-bacia do rio Acre. Junto com o desmatamento, a cidade sente os efeitos das mudanças climáticas globais, que estão alterando o ciclo das chuvas na região, estendendo o período seco e concentrando as precipitações em períodos mais curtos e intensos. Segunda maior enchente no Acre atinge milhares de famílias. Com as cheias dos rios e igarapés, em 2024, 19 das 22 cidades acreanas foram atingidas, mais de 140 mil pessoas foram afetadas. entre elas, ribeirinhos, indígenas, extrativistas e a população que vivem nas zonas urbanas. Para socorro a população o acre montou uma verdadeira força tarefa. O sistema estadual de proteção e defesa civil, concentrou todos os esforços no atendimento humanizado nos 19 municípios afetados. o auxílio do governo do estado foi na resposta e assistência humanitária foram fundamentais para reduzir os impactos dos danos e prejuízos da população. Além do apoio emergencial, equipes da defesa civil se uniram as prefeituras e o governo federal para preparar os planos de trabalho necessários para a liberação de recursos federais para ações de assistência, restabelecimento e reconstrução necessárias ao povo acreano.
Contexto e Justificativa
Com a situação evidenciada nas manchas de inundação registradas em 2024, verifica-se a necessidade cada vez mais urgente em encontrar meios de reduzir os níveis de água das vias fluviais

e ainda nos períodos de estiagem do verão amazônico buscar soluções para o subsídio do sistema de abastecimento de água nas redes públicas.

Resultados Esperados

Diminuição dos impactos causados pelas cheias e inundações das vias fluviais e um sistema alternativo para armazenamento e contribuição do abastecimento de água na rede de abastecimento público de água no município de Rio Branco. Na medida em que diminuirá o quantitativo de famílias atingidas recorrentemente pelas enchentes, movimentações de solos e processos correlatos, produzindo assentamentos com qualidades socioespaciais adequadas, que propiciem melhores condições de vida para esta população flagelada, com foco em segurança, saneamento, sustentabilidade, conforto, desenvolvimento social e econômico, infraestrutura saudável, serviços públicos adequados e integração urbana.

Vinculação Com a Estrutura de Planejamento do Governo Estadual: Eixos Estratégicos e Programas Temáticos

Eixo: Infraestrutura e Mobilidade Urbana

Programa Temático: Preservação das Encostas de Rios e Igarapés

Descrição do Projeto

Tipo de Projeto (Modalidade): Obra

Situação do Projeto: Não iniciado

Público-Alvo: Diretamente, as cerca de 14.500 pessoas desalojadas nos piores sinistros (incluindo por volta de 8.000 pessoas desabrigadas e 1.800 acometidas por doenças). Indiretamente, as 364.756 pessoas residentes na capital (incluindo as cerca de 87 mil pessoas afetadas pelas piores enchentes ocorridas na urbe), em função da requalificação do principal manancial da região, da restauração dos serviços ecossistêmicos e dos impactos positivos em geral, que serão propiciados pela reassentamento destas famílias.

Localização dos Beneficiários: Rio Branco-AC

Descrição Geral:

Bacias urbanas de retenção hidráulica são elementos-chave em estratégias modernas de gestão de águas pluviais em ambientes urbanos. Essas bacias são projetadas para mitigar os impactos negativos das chuvas intensas, reduzindo o risco de inundações e minimizando a erosão do solo nas áreas urbanas.

O conceito por trás das bacias urbanas de retenção é simples, mas eficaz. Elas funcionam como reservatórios temporários que retêm a água da chuva durante episódios de precipitação intensa. Em vez de permitir que essa água fluia diretamente para os sistemas de drenagem pluvial, as bacias retêm temporariamente o excesso de água, reduzindo a carga nos canais e evitando enchentes.

Essas bacias são muitas vezes integradas ao design urbano, seja como parte de parques, áreas verdes ou espaços de lazer. Sua capacidade de retenção é calculada com base nas características hidrológicas da região, na área de captação e na taxa de precipitação esperada, garantindo que possam lidar eficientemente com as águas pluviais em diferentes condições climáticas.

Além de prevenir inundações, as bacias urbanas de retenção também desempenham um papel vital na melhoria da qualidade da água. Ao reter a água e armazenar com o objetivo de efetuar um tratamento e posterior abastecimento da Rede pública de água.

Valor Estimado do Projeto

Valor Total: R\$ 20.000.000,00

GND 4 (Investimento): R\$ 20.000.000,00

Prazo Estimado para Execução				
24 meses				
Produtos/Itens do Projeto				
Produto/Item	Unidade	Quantidade	Valor (R\$)	
Etapa 1: Dragagem e Desassoreamento de Pontos Críticos na Extensão Urbana do Igarapé São Francisco	Und	01	20.000.000,00	
Total				20.000.000,00

PROJETO 11

Título/Objeto
Projeto Roçado Amigo: Um Resgate à Produção
Órgão Responsável pela Execução
Secretaria de Estado de Agricultura - SEAGRI
Responsável pelas Informações
Nome: José Luiz Schafer Cargo: Secretário de Estado Tel.: (68) 9.9926-3684 E-mail: seprod.gab@gmail.com
Objetivo
<ol style="list-style-type: none">1. Realizar a aquisição de insumos agrícolas e contratação de horas máquina (Patrulha Agrícola):<ol style="list-style-type: none">1.1. Contratação de horas máquinas para mecanização e destoca;1.2. Contratação de horas máquinas para recuperação de açudes e tanques escavados;1.3. Aquisição de calcário, fertilizantes e análises físico-químicas;1.4. Aquisição de sementes, mudas e manivas selecionadas e certificadas;1.5. Aquisição de alevinos, pintos de 01 dia e ração;1.6. Implantação de sistemas de irrigação por gotejamento.2. Realizar a contratação de Assistência Técnica e Extensão Rural – ATER3. Ofertar o auxílio emergencial de apoio e resgate a produção agropecuária e agroflorestal.4. Implantar 120 sistemas individuais de captação subterrânea e abastecimento de água em unidades produtivas familiares da zona rural, por meio da construção de poços tubulares e reservatórios.
Situação-Problema
<ul style="list-style-type: none">▪ Resgatar as áreas prejudicadas pela alagação e torná-las novamente produtivas, com o uso de máquinas e equipamentos agrícolas e, consequente realização da destoca, mecanização e plantio.▪ Fazer a correção da acidez e da fertilidade do solo para a sustentabilidade dos sistemas destinados a produção, com base nos resultados das análises físico-químicas do solo.▪ Implantar poços subterrâneos, sistemas de irrigação e recuperar açudes e tanques escavados, dos quais anteriormente utilizados na criação de peixes e armazenamento de água para irrigação e criação de animais.▪ Recuperar e implantar roçados, plantios e hortas danificados(as) e destruídos(as).▪ Ofertar sementes, mudas e manivas selecionadas e certificadas.▪ Subsidiar ração, pintos de 01 dia e alevinos na criação de pequenos animais.▪ A retomada na geração de emprego, renda, segurança alimentar e a própria qualidade de vida das famílias atingidas.
Contexto e Justificativa
A enchente de 2024 atingiu 17 municípios no Estado do Acre, causando prejuízos severos a produção, como também desabrigou mais de 11 mil famílias da zona rural. Destas, 3.500 famílias das mais atingidas contarão com um braço amigo do governo estadual, de forma a facilitar o resgate a produção agroflorestal e agropecuária. Esse apoio emergencial, em face a calamidade sofrida pelos (as) produtores (as) rurais, legalmente homologados por decreto estadual, dos quais perderam tudo durante as cheias, permitirá dar a volta por cima e auxiliar essas famílias a retomar a sua produção, facilitando a reestruturação da propriedade, a produção de alimentos e a continuidade da vida. O Projeto Roçado Amigo: Um Resgate à Produção, ofertará inovação tecnológica no preparo de área e correção do solo, por meio da calagem e da mecanização agrícola, recuperação de tanques e açudes, captação de água subterrânea, sistemas de irrigação, oferta de mudas e sementes certificadas, além de insumos como bobinas plásticas, pintos, alevinos e ração, associado a um auxílio emergencial,

proporcionando assim, o resgate sustentável dos sistemas produtivos dos agricultores (as) familiares, com um forte impacto quanto a reincorporação de áreas afetadas pelas inundações no setor rural, que em conjunto com as ações governamentais já planejadas, fortalecerá a autoestima e a melhoria de vida das comunidades que tanto foram prejudicadas.

As fortes chuvas seguidas de enchentes no Acre, prejudicaram severamente a agropecuária local, especialmente culturas como banana, mandioca, café, milho, dentre outras, afetando a produção e a renda dos agricultores (as). O setor da fruticultura, horticultura, piscicultura, avicultura e a pecuária de leite também foram duramente atingidas. A situação é agravada ainda mais pela degradação das lavouras, lixiviação dos solos, assoreamento e danificação de fontes de água e o rompimento e aterrramento de açudes. As cidades mais afetadas representam cerca de 78% do estado. É crucial implementar medidas de apoio e recuperação para auxiliar os agricultores e pecuaristas a reconstruir as áreas afetadas para retomar a produção e o bem-estar das comunidades rurais. Esse resgate a produção, além de contribuir para que as famílias possam dar a volta por cima desta recente calamidade, estabelecerá uma estreita sinergia com o Programa de Agricultura de Baixo Carbono (ABC), Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), Programa de Regularização Ambiental (PRA), Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), Plano ABC+ (Mais Sustentabilidade), Plano Amazônia + Sustentável, dentre outros e, que indiretamente se voltam a geração de empregos no setor agropecuário e agroflorestal, com a recuperação e inclusão de áreas degradadas ao processo produtivo, maior oferta de alimentos e matéria-prima, melhorando a renda familiar e a agregação de valor à produção, além de diminuir o avanço desordenado sobre os recursos naturais.

Resultados Esperados

- a) 3.500 famílias com roçado amigo implantado ou recuperado.
- b) 4.000 hectares de áreas afetadas e destruídas, recuperadas com destoca, mecanização e correção do solo, com mais de 20 mil análises de solos realizadas.
- c) 500 tanques e açudes construído e recuperados.
- d) 250 hortas comunitárias e familiares reestabelecidas e em produção.
- e) 2.000 famílias apoiadas com auxílio emergencial em parcela única.
- f) Áreas danificadas e degradadas inseridas novamente ao processo produtivo agropecuário e agroflorestal com tecnologias inovadoras e práticas sustentáveis de produção.
- g) 3.500 famílias de produtores e produtoras rurais em 17 municípios do Estado recebendo uma mão amiga, com a geração de postos de trabalho e incremento da renda familiar, aquecimento da economia local e melhoria da qualidade de vida.
- h) 120 poços subterrâneos implantados, atendendo 500 famílias.
- i) 20 sistemas de irrigação por gotejamento.

Vinculação Com a Estrutura de Planejamento do Governo Estadual: Eixos Estratégicos e Programas Temáticos

Eixo: Produção, Meio Ambiente e Povos Indígenas

Programa Temático: Desenvolvimento da Produção Familiar, Bioeconomia e Agronegócio

Descrição do Projeto

Tipo de Projeto (Modalidade): Bens e serviços.

Situação do Projeto: Não iniciado

Público-Alvo: Os beneficiários da proposta serão em média, 3.500 famílias atingidas diretamente pela alagação sofrida no ano de 2024 e legalmente homologados por decreto estadual, envolvendo homens e mulheres, jovens e adultos, dos segmentos da Agricultura Familiar de Pequeno e Médio Porte, Agroextrativistas, Extrativistas e Ribeirinhos, envolvidos diretamente na produção agropecuária e agroflorestal, localizados (as), principalmente em Assentamentos de Reforma Agrária e Unidades de Conservação, distribuídos nos municípios de Plácido de Castro, Porto Acre, Capixaba, Rio Branco, Sena Madureira, Brasileia, Xapuri, Assis Brasil, Epitaciolândia, Santa Rosa do Purus, Feijó, Jordão, Marechal Thaumaturgo, Tarauacá, Porto Walter, Cruzeiro do Sul e Mâncio Lima, Estado do Acre.

Valor Estimado do Projeto			
Valor Total: R\$ 33.904.900,00			
GND 3 (Custeio): R\$ 33.234.900,00			
GND 4 (Investimento): R\$ 670.000,00			
Prazo Estimado para Execução			
24 meses			
Produtos/Itens do Projeto			
Produto/Item	Unidade	Quantidade	Valor (R\$)
Fomentar a destoca e a mecanização agrícola de áreas afetadas e degradadas pelas inundações e sua inclusão ao processo produtivo do setor agropecuário e agroflorestal em 17 municípios das 05 Regionais do Estado do Acre. 2.000 famílias beneficiadas.	Und	01	6.500.000,00
Fomentar a recuperação e construção de açudes e tanques escavados e sua inclusão ao processo produtivo do setor agropecuário e agroflorestal em 17 municípios das 05 Regionais do Estado do Acre. 500 famílias beneficiadas.	Und	01	2.500.000,00
Aplicação de insumos agrícolas (calcário e fertilizantes) destinados à correção e fertilização do solo em áreas danificadas e degradadas e sua inclusão ao processo produtivo do setor agropecuário e agroflorestal em 17 municípios da 05 Regionais do Estado do Acre. 4.000 hectares recuperados.	Und	01	8.670.000,00
Fomento de insumos agrícolas (ração, bobina plástica, alevinos, sementes e mudas) destinados ao plantio, criação e crescimento inicial da produção e sua inclusão ao processo produtivo do setor agropecuário e agroflorestal em 17 municípios da 05 Regionais do Estado do Acre. 1.500 famílias beneficiadas e 250 hortas comunitárias e familiares implantadas.	Und	01	3.500.000,00
Ofertar Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) à 3.500 famílias de pequenos e médios produtores (as) rurais em 17 municípios do Estado do Acre. 3.500 famílias beneficiadas durante 12 meses.	Und	01	3.800.000,00
Apoio financeiro emergencial a 2.000 famílias atingidas severamente pela alagação, destinados a aquisição de insumos, mão-de-obra e alimentos, voltado ao resgate da produção agropecuária e agroflorestal em 17 municípios das 05 Regionais do Estado do Acre.	Und	01	5.000.000,00
Implantação de 20 sistemas de irrigação por meio de gotejamento voltados a cultura de frutíferas com energia fotovoltaica, voltado a manutenção e resgate da produção agropecuária e agroflorestal em 06 municípios das 05 Regionais do Estado do Acre. 500 famílias beneficiadas.	Und	01	934.900,00
Implantação de 120 sistemas individuais de captação subterrânea e abastecimento de água em unidades produtivas familiares da zona rural de 06 municípios do Estado do Acre, por meio da construção de poços tubulares e reservatórios. 500 famílias beneficiadas.	Und	01	3.000.000,00
Total			33.000.000,00

PROJETO 12

Título/Objeto
Programa de Conservação e Recuperação das Bacias Hidrográficas do Acre
Órgão Responsável pela Execução
Secretaria de Estado de Meio Ambiente - SEMA
Responsável pelas Informações
Nome: Leonardo das Neves Carvalho Cargo: Secretário de Estado Tel.: (68) 9.9228-3732 E-mail: sema.gabin@gmail.com
Objetivo
Promover a conservação ambiental e a gestão sustentável dos recursos hídricos no Estado do Acre, por meio da recuperação da vegetação ciliar, proteção das nascentes, fortalecimento do monitoramento da qualidade da água, capacitação de agentes locais e envolvimento de diferentes setores da sociedade, garantindo a melhoria da biodiversidade, garantindo a segurança hídrica para a população acreana.
Situação-Problema
O Estado do Acre apresenta peculiaridades ímpares que devem ser levadas em consideração durante processo de estruturação da sua política de gestão dos recursos hídricos, devido às interfaces existentes entre os fatores socioeconômicos, culturais e ambientais e a disponibilidade em quantidade e qualidade das águas. Os principais rios do Estado são de dominância da União e compartilhados com outros países e estados. O Estado apresenta aproximadamente 84% de sua cobertura vegetal mantida, porém muitos dos municípios apresentam mais de 50% da sua área desmatada, conforme dados do Zoneamento Ecológico-Econômico do Acre, a exemplo de Plácido de Castro, Acrelândia e Senador Guiomar. O estado está situado numa área de fronteira, com elevada diversidade etnocultural e biológica, apresentam diferentes usos do solo em processos de pressão antrópica sobre o seu principal ecossistema – a floresta, para a pecuária e a agricultura. As mudanças climáticas globais vêm ocasionando transformações profundas no meio ambiente e se traduzem como fator catalisador dos desastres naturais. Enchentes, secas, estiagens e incêndios florestais são alguns dos exemplos que podem ser citados. O estado do Acre, especialmente no período chuvoso que se estende de novembro a abril, é castigado por fortes chuvas ocasionando grandes enchentes. Aliada a isso, a extensa hidrografia da região também contribui bastante para ocorrências do fenômeno. As mudanças dos ecossistemas, os eventos climáticos extremos e outros fenômenos da mesma ordem, são fatos que em grande ou menor proporção serão mais comuns de agora em diante. Ocorre que diante desse novo normal, impõe-se às sociedades o dever de se adaptar às mudanças e buscar mitigar os seus efeitos danosos. As cheias causam destruição nas infraestruturas e nas atividades agrícolas, além de aumentar a erosão e o transporte de sedimentos para os ecossistemas aquáticos. Por outro lado, a seca intensifica a escassez de água, prejudicando o abastecimento e a produção agrícola, o que agrava a vulnerabilidade social e ambiental. No Acre, vivencia-se a ocorrência de eventos ambientais extremos, de cheias e alagações dos rios e igarapés e de períodos de estiagem e seca prolongadas, com o aumento das temperaturas médias mensais e ocorrência de queimadas e incêndios florestais; observada, principalmente, nos últimos dois anos e em prognóstico de perspectiva do incremento e frequência em sua recorrência.

O desmatamento em áreas de preservação permanente se constitui em ameaças graves à estrutura, às funções e à estabilidade dos ecossistemas naturais, especialmente porque também são responsáveis por regular os recursos hídricos. Esses problemas são agravados por fenômenos climáticos, como secas severas e cheias recorrentes, que impactam diretamente a população local.

Atualmente, o estado do Acre carece de infraestrutura adequada para realizar análises físico-químicas e bacteriológicas de forma regular, o que compromete a gestão adequada dos recursos hídricos e a saúde das comunidades. A implantação de um laboratório específico para o monitoramento da qualidade da água é crucial para garantir que os padrões de potabilidade sejam atendidos, evitando a disseminação de doenças de veiculação hídrica e preservando a integridade ambiental.

O envolvimento social na gestão dos recursos hídricos é essencial e representa um grande desafio pela necessidade de incremento da aproximação das comunidades afetadas. Com a participação ativa da sociedade, as políticas públicas podem ser inovadoras com devido comprometimento para o seu sucesso.

Além disso, há necessidade do aumento de engajamento da população para promover a conscientização sobre o uso sustentável da água e o reconhecimento das responsabilidades compartilhadas na preservação dos recursos naturais, como forma de superar a diminuição do desperdício de água, a promoção e limpeza de mananciais e a recuperação de áreas de preservação, como mecanismos de resiliência, pela mitigação e adaptação, frente aos impactos de crises hídricas, como secas e enchentes. A falta de participação social dificulta o desenvolvimento de soluções colaborativas e eficazes, comprometendo a sustentabilidade e a justiça na gestão dos recursos hídricos.

Contexto e Justificativa

O Estado do Acre está situado no extremo sudoeste da Amazônia brasileira, entre as latitudes de 07°07' S e 11°08' S, e as longitudes de 066°30' W e 074° W. Apresenta uma superfície territorial de 164.221,36 km², correspondente a 4% da área amazônica brasileira e a 1,9% do território nacional. O Estado possui uma extensão territorial de 445 km no sentido norte-sul e 809 km entre seus extremos leste e oeste. Faz fronteira internacional com o Peru e a Bolívia, e nacional com os Estados do Amazonas e de Rondônia. A população do Estado é de 669.736 habitantes, com uma concentração atual de 66% nas áreas urbanas, notadamente na região de desenvolvimento do Baixo Acre, em função da capital, Rio Branco.

A rede hidrográfica do Estado do Acre faz parte da Região Hidrográfica do rio Amazonas, da Região Hidrográfica do rio Solimões e das Bacias Hidrográficas do Javari, Juruá, Purus e porção três da bacia hidrográfica do rio Madeira, todas conformadas por rios de dominância da União, o que o coloca em posição estratégica com relação ao gerenciamento dos recursos hídricos e gestão de suas águas perante o país.

No Acre, devido à maior concentração populacional na sua porção leste, tem gerado impactos diretos na bacia do rio Acre.

São visíveis os processos de assoreamento e diminuição da disponibilidade hídrica ao longo dos anos. Tal fato pode estar associado ao intenso desmatamento em áreas das bacias hidrográficas, particularmente em zonas ripárias da calha principal de seus tributários e nascentes. Tal fato tem provocado o aumento de processos erosivos nas bacias dos tributários, acarretando expressivo transporte e sedimentação dos leitos dos rios Acreanos.

A degradação de terras, o desmatamento e o isolamento de florestas remanescentes são ameaças concretas à estrutura, funções e estabilidade dos ambientes naturais, especialmente das florestas responsáveis pela regulação dos recursos hídricos.

A degradação ambiental pode ser definida como modificações impostas pela sociedade aos ecossistemas naturais, alterando suas características físicas, químicas e biológicas e comprometendo a qualidade da vida humana. A recuperação de ecossistemas degradados é uma prática antiga, com exemplos históricos em diversas culturas e regiões. Hoje, a recuperação tem se concentrado

principalmente nas Áreas de Preservação Permanente (APPs), que são fundamentais para a manutenção dos recursos hídricos.

Segundo estudos recentes, as matas ciliares desempenham papéis importantes na regulação do fluxo de água, sedimentos e nutrientes, estabilizando áreas críticas com o emaranhado radicular, atuando como filtro e participando do ciclo de nutrientes. Eles também ajudam a mitigar a erosão, melhorar a qualidade da água e reduzir os impactos dos extremos climáticos, como secas e enchentes. Além disso, forneça matéria orgânica para as refeições alimentares e sirva como corredores ecológicos, em

A falta da vegetação ciliar representa uma ameaça à sobrevivência dos ecossistemas e da população, com secas, erosão, enchentes e desaparecimento de nascentes e rios sendo alguns dos principais problemas enfrentados. As APPs no estado do Acre, especialmente nas áreas de produção agrícola, estão significativamente degradadas, afetando cerca de 60 mil hectares de áreas ciliares que estão desprotegidas. A consequência é o aumento da erosão e do transporte de sedimentos que causam os assoreamentos de rios e igarapés que compõem a bacia do rio Acre.

Embora os esforços para conservar e recuperar APPs vêm sendo realizados pelos governos do Estado, ainda há desafios, como o baixo engajamento dos proprietários rurais, falta de recursos e de oferta de mudas nativas, e dificuldades logísticas para alcançar comunidades ribeirinhas, baixa participação social para a gestão de recursos hídricos na bacia.

Fortalecer as estratégias de sensibilização, mobilização social e capacitação, aliadas a programas de educação ambiental e a parcerias institucionais, são fundamentais para o sucesso da conservação dos recursos Hídricos. A implementação de práticas sustentáveis e a recuperação das APP's não apenas contribui para a valorização dos serviços ecossistêmicos, mas também para a melhoria das condições socioeconômicas da comunidade, promovendo um ambiente mais equilibrado e saudável para as atuais e futuras gerações.

Os eventos extremos (cheias e secas) no Acre vêm se tornando cada vez mais severos, afetando diretamente a disponibilidade e a qualidade da água. No contexto do Estado do Acre, onde a rede hidrográfica desempenha um papel estratégico, esses problemas tornam-se ainda mais relevantes.

O Monitoramento hidrometeorológico é importante para subsidiar a tomada de decisão em relação a previsão, adaptação e mitigação de desastres: Ao monitorar continuamente as variações climáticas, como situações e da vazão e pluviosidade, é possível se antecipar aos eventos extremos, como cheios e secos.

O monitoramento de cheias permite o acompanhamento do comportamento dos rios e a intensidade das chuvas, as autoridades podem tomar decisões preventivas, como evacuações e construção de estruturas de contenção, minimizando os impactos das enchentes na população e na economia. Durante os períodos de seca, o monitoramento hidrometeorológico fornece informações cruciais sobre a quantidade de água disponível nos mananciais, possibilitando o ajuste na distribuição e no uso dos recursos hídricos de forma racional, evitando colapsos no abastecimento e perdas econômicas.

O estado do Acre possui vastos recursos hídricos que desempenham um papel fundamental na vida da população, agricultura e ecossistemas. A qualidade da água é um indicador essencial para a saúde pública e para a sustentabilidade ambiental. No entanto, o aumento da pressão sobre os recursos hídricos, devido à urbanização, desmatamento, poluição agrícola e resíduos industriais, tem agravado os riscos de contaminação das águas.

O monitoramento da qualidade da água é fundamental para garantir a segurança hídrica, a saúde pública e a conservação ambiental. Através da análise constante dos parâmetros físicos, químicos e biológicos da água, é possível identificar possíveis contaminantes, como poluentes industriais, agrotóxicos e esgotos, que podem comprometer a potabilidade e a segurança dos corpos d'água. Esse acompanhamento é essencial para prevenir surtos de doenças de veiculação hídrica e garantir que a água destinada ao consumo humano, agrícola e atividades industriais esteja dentro dos padrões estabelecidos.

Além disso, o monitoramento auxilia na detecção precoce de manipulação ambiental em rios, lagos e aquíferos, permitindo ações corretivas antes que os danos se tornem irreversíveis. Ele também é

crucial em cenários de mudanças climáticas, em que secas e enchentes podem alterar a qualidade e a disponibilidade de água, impactando a sustentabilidade dos ecossistemas e das atividades econômicas que dependem desse recurso. Portanto, monitorar a qualidade da água é uma ferramenta indispensável para uma gestão eficiente e sustentável.

A participação social é essencial para a gestão eficaz dos recursos hídricos, pois garante que as decisões sejam tomadas de forma mais democrática e inclusiva, envolvendo as comunidades diretamente afetadas. Quando a sociedade participa no processo de gestão, há maior conscientização sobre a importância da preservação e do uso sustentável da água, além de uma melhor compreensão dos desafios e soluções possíveis.

Essa participação pode ocorrer por meio de comitês de bacia hidrográfica, consultas públicas e fóruns, onde a população, organizações da sociedade civil, setor produtivo e governo dialogam sobre o planejamento e as ações de preservação. O envolvimento comunitário também promove maior transparência e legitimidade nas decisões, além de fortalecer a corresponsabilidade na implementação das políticas públicas.

Além disso, as populações locais possuem um conhecimento específico sobre o uso da água em suas regiões, o que pode contribuir para soluções mais adequadas e realistas. A participação social, portanto, não só amplia o debate, como também melhora a eficácia das medidas de gestão, contribuindo para a preservação dos ecossistemas e o equilíbrio entre o desenvolvimento e a economia.

Resultados Esperados

Resultados Ambientais:

Criação e fortalecimento de corredores ecológicos: Promovendo a biodiversidade e a recuperação de áreas degradadas.

Proteção da fauna local: Com habitats mais conectados e equilibrados, facilitando a entrega e reprodução das espécies.

Redução do assoreamento e erosão em corpos hídricos: Melhoria na qualidade da água e prevenção de perdas de solo.

Proteção das nascentes: Prevenção contra impactos negativos como erosão e pisoteio de gado, garantindo maior qualidade e quantidade de água.

Monitoramento contínuo e preciso da qualidade da água nas principais bacias hidrográficas do estado.

Redução dos níveis de contaminação da água, contribuindo para a preservação dos ecossistemas aquáticos.

Detecção precoce de focos de poluição, permitindo ações rápidas de remediação e controle.

Proteção dos ecossistemas aquáticos: O monitoramento contínuo da qualidade da água permitirá identificar e mitigar impactos ambientais causados por poluição, protegendo os ecossistemas aquáticos e as espécies nativas que dependem das bacias hidrográficas.

Gestão sustentável dos recursos hídricos: A análise precisa da qualidade da água contribuirá para a implementação de políticas de uso e preservação adequadas, promovendo uma gestão sustentável dos recursos hídricos e evitando a degradação ambiental.

Resultados Econômicos:

Redução de custos com tratamento de água: Com a melhoria na qualidade da água em corpos hídricos, espera-se uma diminuição dos custos de tratamento para abastecimento público.

Diminuição com os custos decorrentes de problemas das enchentes e das secas extremas.

Redução de custos relacionados ao tratamento de doenças causadas por água contaminada, como diarreia e infecções bacterianas, aliviando o sistema de saúde pública.

Prevenção de danos econômicos nas cadeias produtivas, como a agricultura e a pesca, que dependem de água de qualidade.

Fomento à economia local através da criação de postos de trabalho no laboratório e na cadeia de insumos.

Resultados Sociais:

Capacitação das famílias rurais e lideranças: As famílias rurais e líderes das sub-bacias serão treinadas em temas relacionados aos recursos hídricos e preservação ambiental, preparando-os para proteger o meio ambiente local.

Criação de agentes mobilizadores: Os participantes capacitados atuam como líderes comunitários ("agentes mobilizadores"), promovendo ações de conservação ambiental em suas comunidades e incentivando a participação coletiva.

Melhoria da saúde pública: Ao garantir a qualidade da água consumida pela população, será possível reduzir significativamente a incidência de doenças transmitidas por água contaminada, como diarreias, hepatites e outras infecções bacterianas.

Segurança hídrica: O laboratório será essencial para assegurar que a água consumida pelas comunidades urbanas e rurais do Acre atenda aos padrões de potabilidade, protegendo a saúde das pessoas e evitando crises hídricas.

Resultados Educacionais:

Envolvimento das escolas públicas: As escolas da rede pública, situadas nas áreas de abrangência, participam das atividades do programa, promovendo a conscientização ambiental e educando as novas gerações sobre a importância da preservação dos recursos naturais.

Educação e conscientização: O projeto poderá ser um ponto de referência para a educação ambiental, sensibilizando a população sobre a importância do uso sustentável da água e a necessidade de preservar os recursos hídricos do estado.

Resultados de Mobilização e Parcerias:

Desenvolvimento de campanhas de valorização: Criação de campanhas para valorizar as boas práticas de recuperação de matas ciliares, redução dos lançamentos dos resíduos sólidos nos corpos hídricos, incentivando a participação e o reconhecimento das iniciativas sustentáveis.

Estabelecimento de parcerias: Envolvimento de empresários locais, organizações, federações e universidades como "padrinhos" na adoção de Áreas de Preservação, principalmente de nascentes.

Vinculação Com a Estrutura de Planejamento do Governo Estadual: Eixos Estratégicos e Programas Temáticos

- (i) Agenda Acre 10 Anos;
- (ii) Planejamento Estratégico Governo 4 Anos.

PILARES PARA O DESENVOLVIMENTO E PROJETOS ESTRATÉGICOS:

- (i) Infraestrutura:

Universalização do Saneamento no Acre.

- (ii) Produção, Meio Ambiente e Povos Indígenas:

1. Nossa Água, Nossa Vida; Gestão de Recursos Hídricos;
2. Cidades Sustentáveis.

Descrição do Projeto

Tipo de Projeto (Modalidade): Bens e serviços.

Situação do Projeto: Não iniciado

Público-Alvo: Comunidades tradicionais e povos indígenas, produtores rurais, técnicos e sociedade civil residentes nas seis unidades de Gestão de Recursos Hídricos.

Valor Estimado do Projeto

Valor Total: R\$ 33.000.000,00

GND 3 (Custeio): R\$ 24.875.000,00

GND 4 (Investimento): R\$ 8.125.000,00

Prazo Estimado para Execução

36 meses

Produtos/Itens do Projeto

Produto/Item	Unidade	Quantidade	Valor (R\$)
Atualização e revisão do Plano Estadual de Recursos Hídricos	Und	01	1.500.000,00
Elaborar o Programa Estadual de Conservação e Recuperação de Nascentes e Matas Ciliares das seis (06) bacias hidrográficas das Unidades de Gestão de Recursos Hídricos – UGRH do Estado	Und	01	1.000.000,00
Elaborar seis (06) Planos de Bacia hidrográficas	Und	06	1.200.000,00
Fortalecimento do Programa de Regularização Ambiental – PRA Acre, para promoção dos Projetos de Recomposição de Áreas Degradadas e Alteradas – PRADA's em Áreas de Reserva Legal – ARL e Áreas de Preservação Permanentes – APP's.	Und	500	15.000.000,00
Elaborar o Plano Estadual de comunicação e Mobilização Social para a gestão dos recursos hídricos no Estado.	Und	01	300.000,00
Implantar Laboratório de Análise da Qualidade da Água	Und	01	3.000.000,00
Modernização, ampliação e manutenção da rede de monitoramento hidrometeorológico do Acre	Und	01	1.500.000,00
Capacitação de 500 produtores rurais, ribeirinhos, técnicos e extensionistas, alunos da rede pública (fundamental, médio e superior), município e parceiros em gestão de recursos hídricos, restauração florestal, agroecologia, eventos extremos e mudanças climáticas.	Und	500	1.500.000,00
Implementação de Projetos para promoção de Soluções Alternativas, Coletivas, de Tratamento de Água	Und	200	8.000.000,00
Total			33.000.000,00

